WWW.JORNALATOS.NET A SUA INFORMAÇÃO DIÁRIA

JORNAL ATOS

ANO 25 | R$ 1,50 | RMVALE, SÁBADO, 29 DE JUNHO DE 2019 | N.º 3.314

Câmara de Guará diz sim a "salários" de R$ 11,4 mil

Novo valor do subsídio de vereadores entra em vigor em 2021, com reajuste de 34%

Os vereadores de Guaratinguetá aprovaram por 5 a 3 um polêmico projeto que eleva o subsídio para a próxima legislatura. Dos atuais R$ 8.553,83, a próxima composição da Câmara receberá R$ 11.462,95 a partir de 1 de janeiro de 2021. A votação teve duas abstenções: Pedro Sannini (PTB) e Luizão (PR) não estiveram presentes na sessão que definiu o reajuste. A favor do reajuste, votaram Márcio Almeida (PPS), Marcelo da Santa Casa (PSD), Tia Cleusa (MDB), João Pita (PSB) e Décio Pereira (MDB), que justificou seu voto ao afirmar que não há aumento real dos subsídios há 12 anos e citou cobrança sobre parlamentares para elevar os valores recebidos. "Eu acho que o vereador nessa Casa de Leis é cobrado muito mais do que um secretário (municipal). Acho que um vereador de uma cidade como Guaratinguetá deveria ganhar até mais que um secretário, que exerce sua função e não é cobrado como o vereador é". Assim como Pereira, Márcio Almeida também saiu em defesa do reajuste. "Para chegar ao valor que foi fixado foi seguido o PPA (Plano Pluri Anual) da Câmara, que é confeccionado pelo departamento financeiro da Câmara, e foi adotado o reajuste técnico que é o nome específico, de 5% ao ano.

Pág. 3

Fotos: Leandro Oliveira

Celão (dir.) que não precisou votar

Na Câmara, Soliva garante R$ 10 milhões de calçamento

Dois projetos de leis encaminhados pela Prefeitura de Guaratinguetá à Câmara foram aprovados em regime de urgência na última terça-feira. O Executivo solicitou aprovação dos vereadores para abertura de créditos junto à Caixa Econômica Federal, cada um deles no valor de R$ 5 milhões. A proposta levantou uma discussão no Legislativo sobre como e até quando o município pagaria os empréstimos com o banco. Os parlamentares convidaram o prefeito Marcus Soliva (PSB) para uma sessão especial, antes de votarem os projetos.

Fotos: Leandro Oliveira

Marcus Soliva é recebido por vereador Décio Pereira, antes de sabatina na Câmara; novo empréstimo

Justiça ordena exoneração de comissionados em Lorena

O Tribunal de Justiça do Estado ordenou na última semana a Prefeitura de Lorena a extinguir diversos cargos de comissão, o que deve gerar a demissão de cerca de noventa funcionários até o fim de agosto. Para se adequar ao corte, o Poder Executivo abriu um processo licitatório para a contratação de uma empresa especializada em reforma administrativa. No fim de 2018, a Procuradoria Geral da Justiça promoveu uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra a existência de 144 cargos comissionados na Prefeitura de Lorena.

Pág. 3

Pinda anuncia distribuição de uniformes escolares

Com um investimento de R$ 3 milhões, Pinda anunciou que distribuirá uniformes para os quase 14 mil alunos da rede municipal. A expectativa é que a medida contribua para que crianças de baixa renda tenham acesso à roupas adequadas ao clima.

Pág. 7

Fotos: Arquivo Atos

Família do Parque das Rodovias, dia a dia de luta à espera de regularização de áreas invadidas em Lorena

Fotos: Reprodução

Encontro do "Caminhos do Yoga", no Parque da Cidade, em Pinda

Projeto leva yoga para todas as idades em parque de Pinda

Pinda e região terá uma diversificada opção de lazer e saúde neste domingo, com a prática gratuita de yoga no Parque da Cidade, com o "Caminhos do Yoga".

Pág. 9

Ubatuba amplia melhorias na iluminação

A Prefeitura contratou emergencialmente uma empresa para os reparos de quinhentos pontos de iluminação.

Pág. 7

Cidade Legal promete avançar com a regularização de dez núcleos em Lorena

Mais uma cidade se movimenta para regularizar bairros junto ao Estado. Lorena assinou um convênio com o programa "Cidade Legal", para regularizar dez áreas no município. Entre elas, a área invadida no Parque das Rodovias. A Prefeitura indicou à secretaria de Habitação do Estado, pasta responsável pelo Cidade Legal (programa de regularização fundiária), dez áreas ocupadas irregularmente nos bairros Parque das Rodovias (4), Cabelinha (1), Vila Passos (1), Vila Brito (1), Jardim Novo Horizonte (1), Aterrado (1) e uma área na estrada Santa Terezinha. Segundo o secretário de Obras e Planejamento Urbano, Marcos Anjos, a cidade recebeu os agentes do Estado entre abril e maio para uma visita para conhecerem os locais indicados para a regularização.

Pág. 7

Fotos: Jéssica Dias

Dimas, que preside o Legislativo

Projeto que tenta redução dos subsídios dos vereadores espera votação em Cachoeira Paulista

O projeto que pede redução dos salários dos vereadores, para a Legislatura 2021 a 2024, voltou à pauta na Câmara de Cachoeira Paulista. A proposta está sendo analisada pela comissão e deve entrar em votação na volta do recesso. A cidade conta com 13 parlamentares, que têm salário de R$ 4,2 mil. A alternativa dos vereadores é reduzir o valor para R$ 1.310, e do presidente da Casa de R$ 5.961,35 para R$ 1.713.

Pág. 7

Atos e Fatos

Márcio Meirelles

"Existem leis, mas quem as proteja"

Dante Alighieri

A TOSCA TOGA

O assunto Sergio Moro enseja uma série de considerações.

Parece que o país só tem um juiz e um criminoso e que a Justiça está a sua disposição.

Crimes parecidos de criminosos semelhantes cumprem pena de uma sentença do mesmo juiz e não se sentem injustiçados.

O ex-presidente foi condenado por 39 juízes, tem em pauta de julgamento, ainda, nove processos e seis inquéritos policiais em andamento.

Em seu governo e de sua sucessora os subsídios do Tesouro pularam de 3% do PIB para 6,7%.

Os fundos de pensão das estatais financiaram projetos de países amigos e companheiros que deixaram um prejuízo de R$ 113 bilhões entre 2013 e 2018, trocando em miúdos, 57mil participantes terão que pagar contribuições extras, que chegaram a 20% do seu rendimento bruto, ao longo de 18 anos, ou seja, perderam grande parte de sua poupança na aposentadoria privada.

Com a aquiescência do Ministro da Fazenda, em 2007-8, os estados contrataram empréstimos que pularam de R$ 6 bilhões para R$36 bilhões no período de 2009-12.

Boa parte destas autorizações para os estados não tinham nota de crédito suficiente para tomar novos empréstimos.

A dívida pública foi aumentada em R$416 bilhões.

Este é o perfil do presidente que destruiu o país. O funcionário público maior escolhido pelo povo.

Não está condenado por estes atos, mas, sim pelas vantagens que usufruiu na possibilidade de destruir o país e enriquecer-se!

De se perguntar se é possível que um funcionário público, concursado, honesto, quando recebe um processo onde parte desta devassa nos cofres públicos se iniciava e não se sentiu na obrigação e dever, dentro de seus limites legais e fora de seus limites como cidadão, de desnudar este escândalo que envergonha a nação e a raça tivesse uma atitude passiva?

O juiz Sergio Moro navegou entre os limites da lei, da sua autoridade e da repugnância de um cidadão, pelo desmedido fato de se montar dentro da república uma máquina de corrupção.

Seria interessante que um dia o ministro da Justiça e os componentes da força tarefa da Lava Jato denunciassem os seus temores. Não poderia falar por telefone e internet, pressões, ameaças, antecedentes espúrios dos funcionários públicos em investigações anteriores, a politização na alta magistratura - a serviço da corrupção e defesa dos corruptos - e da massa de políticos envolvidos.

"O juiz Sergio Moro navegou entre os limites da lei e da repugnância de um cidadão, pelo desmedido fato de se montar dentro da república uma máquina de corrupção"

O julgamento desta semana no Supremo Tribunal Federal mostra claramente a toga de nossos ministros: é tosca, e por que não rota.

Como se o país tivesse apenas um injustiçado e um justiceiro.

A cronologia dos fatos mostra claramente que todos os embargos disponíveis no direito processual penal brasileiro foram utilizados e negados; os movimentos de rua (a pão com mortadela e cinquenta paus) minguando; a Movimento Lula Livre que não sensibilizou a sociedade; os jornalista mercenários e a saída do armário de um dos maiores veículos jornalísticos do país - liberou o "rabo" - e cansou de forjar estatísticas, dados eleitorais e assumiu a causa dos corruptos tudo em nome de uma imprensa falida que não é mais sustentada pelos cofres públicos.

A pauta do julgamento do HC de Lula na mesma esteira dos fatos do "conta gotas" dos invasores da internet para pressionar os magistrados a concederem a liberdade do ex-presidente.

A divisão de águas no Supremo Tribunal em que os doutros doutores da lei perderam a capacidade de exercer a justiça e se mostraram em que corrente do pensamento político se instalam.

Senhores magistrados, mirem suas togas.

Toscas e rotas!

Em Baixa

Cachoeira Paulista - O prefeito Edson Mota, que amargou duas derrotas esta semana na Câmara. A rejeição de um projeto de sua autoria que buscava excluir do quadro funcional da Prefeitura os servidores que alcançassem a aposentadoria; e de forma controvertida, a aprovação por unanimidade do projeto da vereadora Dada Diogo que tornou o prédio da Santa Casa - penhorado por dívida trabalhista - patrimônio histórico e cultural da cidade. Ficou clara, na lei proposta pela vereadora, que com inteligência também se administra causas traumáticas, sem a necessidade de se pagar ou barganhar votos e apoio para conquistar o óbvio. Sobre a intenção de preservar a Santa Casa do iminente leilão, o que observam é que a medida do Legislativo apenas enfraquece o interesse imobiliário.

Em Alta

Lorena - O 'cientista político' Agostinho Carrera - o Carrerinha, que em 2015 deu o start numa campanha popular com mais de 6 mil assinaturas para redução do número de vereadores, dos atuais 17 para 9 na Câmara Municipal. Passados 4 anos, alguns parlamentares formam coro com o 'coringa' - que comanda o Legislativo no paralelo - buscando adequar em 11 o número de cadeiras na próxima legislatira. Carrerinha lembrou do banco da Praça Arnolfo Azevedo, esta semana, que também espera a redução do valor do duodécimo para 3%, o seria o suficiente para bancar a mordomia.

Bastidores da Política

"Jogada de mestre"

Buscando oferecer mais segurança aos moradores e turistas de Ubatuba, o prefeito Délcio Sato (PSD) contratou uma empresa especializada para realizar reparos e modernizações em quinhentos pontos de iluminação pública do município. A contratação da Uba Postes, válida por um mês, foi a alternativa encontrada por Sato para evitar que a cidade ficasse momentaneamente sem manutenção em seus pontos de luz, já que o Executivo aguarda a conclusão dos trâmites licitatórios para definir a empresa que assumirá o serviço pelos próximos anos. A melhoria foi comemorada pela população, já que a substituição das lâmpadas garantirá uma melhor iluminação das principais vias da cidade, inibindo a ação de criminosos. A iniciativa também agradou os comerciantes, que esperam registrar um maior faturamento devido ao possível aumento do fluxo de turistas durante o período noturno.

Pisando em ovos

Em solo minado na Prefeitura de Aparecida, a prefeita em exercício Dina Moreira pisa em ovos quando o assunto é mudanças na administração pública, uma vez que o titular Ernaldo Marcondes já procura reverter a liminar que o afastou do cargo na semana passada. Com a intenção de evitar 'problemas futuros', Dina suspendeu num primeiro momento todos os pagamentos até que sua equipe jurídica passe a lupa nos contratos em vigência. Pelo que ouviu nos corredores do Paço, trata-se de uma medida para que ela não passe pelo martírio que Ernaldo está vivendo agora, como herança de quando foi vice de Siqueira.

"Saindo da rotina"

Após serem criticados pela população por supostamente fazerem "corpo mole" durante as sessões, os vereadores de Ubatuba decidiram se mexer na última semana. Eles cobraram do Governo do Estado reforços no efetivo de funcionários do IML (Instituto Médico Legal) local, que vem sendo alvo de queixas de moradores devido à demora na liberação dos seus entes queridos. Após discutirem sobre a situação do IML, que conta com um número reduzido de médicos legistas e demais profissionais, os parlamentares decidiram que enviarão ao Estado um documento exigindo providências. O movimento é liderado pelos vereadores Claudnei Xavier (PSDB) e Ricardo Côrtes (PSC). A mobilização dos parlamentares rendeu elogios da população, que até então demonstrava descontentamento com a falta de projetos e discussões relevantes por parte da Câmara.

"Reclamação fantasma"

Parece que nem a contratação de uma gestora especializada e o investimento de R$ 2 milhões na reforma do Pronto Socorro de Pinda foram capazes de acalmar a exigente "Turminha do Contra". Uma pequena parte da imprensa local, 'alimentada' por sindicatos e viúvas políticas, vem publicando supostos relatos de moradores que afirmam terem enfrentado dificuldades nos atendidos no Pronto Socorro. O que vem causando estranheza nos leitores é que as identidades dos reclamantes nunca são reveladas, e a Prefeitura nunca é acionada para responder as acusações, indo na contramão do princípio básico do jornalismo que é "ouvir os dois lados".

Controvérsia

A atitude do "midiático" vereador Rafael Goffi (PSDB), em protocolar uma denúncia ao Ministério Público contra a Prefeitura de Pinda na última semana, provocou controvérsias pelas rodas políticas do Mercadão. Em um vídeo publicado no Facebook, o tucano denunciou que 90% dos prédios públicos não possuem seus projetos aprovados pelo Corpo de Bombeiros. A controvérsia é que parece que o "tiro saiu pela culatra", já que cientistas políticos questionam o fato de Goffi, que há anos participa da vida política da cidade, deixou para denunciar o fato somente agora, poupando as antigas gestões municipais. Para alguns moradores, o ato do tucano é mais uma manobra para tentar "poluir" a imagem do prefeito Isael Domingues, seu provável futuro concorrente na próxima eleição.

Missão possível

A prefeita Erica Soler está demonstrando à população de Potim que é possível resolver problemas crônicos do município com vontade política e 'jogo de cintura'. Ventos dos corredores do poder público dão conta que ela negocia com os vereadores a aprovação do projeto que permite a Prefeitura financiar R$ 6,5 milhões através do Finisa – leia-se Caixa Econômica, para levar a tão sonhada e prometida pavimentação na cidade. Outra missão possível que a chefe do Executivo está promovendo é a contratação de uma empresa para resolver o problema da qualidade da água que chega nas casas dos moradores.

Credenciais

Segundo a leitura dos bem informados de Potim, com a pavimentação em curso e o problema da água resolvido, a prefeita Erica Soler ganha naturalmente forças para enfrentar o representante da família Cascão e o rival Emerson Tanaka - somados a novos 'picaretas' que aparecem no dia-a-dia no mercado político se intitulando candidatos a prefeito. Perguntem àquela 'sombra negra' que compartilhou o cofre da Prefeitura no período daquele ex-prefeito que virou comissionado...

Movimento volta Pita

Sob aplausos da torcida, o vereador João Pita voltou ao seu posto na Câmara de Guará, após ter passado alguns meses no comando da secretaria de Turismo. Pita, que desde o início da legislatura atende a Câmara como porta-voz do prefeito Marcus Soliva, retornou esta semana ao plenário, em tempo de salvar a lavoura, digo, o projeto que autoriza a Prefeitura a financiar R$ 10 milhões pela Caixa Federal (a juros insignificantes) para pavimentar mais de 130 mil metros quadrados de ruas. Inicialmente, a oposição estava armanda para rejeitar o projeto, mas com o 'jeitinho Pita de ser e fazer a política de boa 'vizinhança', somente o Nei Carteira votou contra.

João Pita

Castelo de areia

Tem gente apostando em Cachoeira que não deverá sobrar ou permanecer muita gente ao lado do prefeito Edson Mota, com o desmoronar de seu 'castelo', bem antes do término do seu mandato. Prova disso foi o recado que os vereadores mandaram na sessão desta semana, ao reprovarem seu projeto que pedia exoneração imediata a todos servidores municipais que pegarem a reta da aposentadoria. A votação terminou com seis a seis, com desempate contrário do presidente Dimas Barbosa. Avaliaram que nem estes seis vereadores mais chegados a subserviência permanecerão ao lado dele quando a batata assar geral. Perguntem ao Breno Anaya!!!

Só gente boa...

Cada Câmara com suas peculiaridades. A de Lorena por exemplo, conta preliminarmente com Dr Tumor e suas metástases: Garganta Profunda, Tanga Frouxa, Babulciante e Fraldão, além do Pé na Cova, o Pombo – que parece um rato com asas. Imaginem se não houver num plenário como estes votos de qualidade para fazer a cidade andar e sobreviver... Com a palavra a Justiça, para 'extirpar o tumor primário', e os eleitores de 2020, para neutralizar as metástases através da 'quimioterapia dos votos'!!!

Rejeição x aprovação

Na experiência de vida, o conhecido ditado: "diga-me com quem tu andas..."; na política eleitoral, a mesma realidade. Atravesse a praça com um rejeitado e chegue do outro lado com a rejeição dele. Talvez seja este o fenômeno que vem ocorrendo com o candidato antecipado de Lorena, que está conseguindo a proeza de sair de 6% de rejeição para quase 40%, faltando ainda 463 dias para eleição. Mas a coisa pode piorar, se a 'tchurma' da infecção política do momento continuar calculando e jogando com seu nome. Perguntem ao Cuca!!!

Agenda positiva

Apostando no crescimento de Lorena, o prefeito Fábio Marcondes recebeu dias atrás um grupo de investidores que serão protagonistas de mais um investimento imobiliário nas imediações do Eco Valle Shopping. Enquanto isso, na secretaria de Desenvolvimento Econômico, um outro empreendimento industrial que está para ganhar 'corpo' na cidade é tratado na maior discrição, até que os trâmites de licenciamento ambiental sejam concluídos. Perguntem ao secretário Gustavo!!!

Criando 'penas'

A julgar sobre os rumores nos bastidores do tucanato da Capital, o próximo destino partidário do prefeito Marcus Soliva, é o PSDB de Guará. Ventos do Palácio dos Bandeirantes dão conta que João Agripino, que atende por Doria, não abre mão de garantir alguém de seu partido na futura Prefeitura da Terra de Frei Galvão, que pese o 'despeito' de alguns tucanos do pedaço, que já deram o que tinham de dar...

Cortina de fumaça

E a Câmara de Lorena está oferecendo mais um espetáculo ao cenário político da cidade. Segundo os mais informados, trata-se de uma jogada ensaiada entre os integrantes da oposição, ou pelo menos uma parte dela, aterrorizando sobre a redução do número de vereadores para a próxima Legislatura. Disseram que o assunto rendeu além de desentendimento nos corredores da Casa, discursos inflamados em nome da moralidade sob o título "cortando a própria carne", a exemplo do que fez Bolsonaro, extinguindo milhares de cargos no Governo Federal. A expectativa dos eleitores é que junto com a diminuição das cadeiras, lembrem-se de reduzir também o duodécimo de 6 para 3%...

Lembrete

Já que os notáveis da Câmara de Lorena estão buscando reduzir o número de vereadores, que tal pensarem na redução da quantidade excessiva de assessores, que de tantos, disputam até cadeiras para sentar, porque não há espaço físico nem na sede do Legislativo que acomode a todos, isto é, se revolverem trabalhar ao mesmo tempo???

Expediente

Jornal Atos
CNPJ 00.159.914/0001-06
Registro Civil: Cartório de Registros e Anexos - Guaratinguetá nº 9 - Fl 25 - Lv B-1
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 27 Prot. Of. A-1, Lv. B-1, Fl. 29
www.jornalatos.net / e-mail.: atosdiario@gmail.com

EDITOR: EDER BILLOTA
Escritório Adm.: R. Mal. Deodoro de Fonseca, 175 - CEP.: 12401-010
Tel.: (12) 3522-9571 - Pindamonhangaba
Escritório Logística.: R.Dr. Castro Santos, 83 CEP.: 12505-010/ Tel. (12) 3133-3257 Guaratinguetá
Central de Redação e Gráfica: Estrada Santa Teresinha, 301 - CEP.: 12.608-100 - Lorena-SP
Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148

Representante em São Paulo-SP: Revesp Representações - Tel.: (11) 5051-4611
Circulação: Aparecida - Cachoeira Paulista - Canas - Cruzeiro - Cunha Guaratinguetá - Lorena - Pindamonhangaba - Potim - Roseira e Cidade do Vale Histórico
IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME
CNPJ: 06.304.064/0001-62 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 420.128.993-114
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 26 Prot. Of. A-1 Lv. B-1, Fl.

Vereadores de Guará elevam subsídios para R$ 11,4 mil

Novo valor do subsídio entra em vigor em 2021 com reajuste de 34%

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

Os vereadores de Guaratinguetá aprovaram por 5 a 3 um polêmico projeto que eleva o subsídio para a próxima legislatura. Dos atuais R$ 8.553,83, a próxima composição da Câmara receberá R$ 11.462,95 a partir de 1 de janeiro de 2021.

A votação teve duas abstenções: Pedro Sannini (PTB) e Luizão (PR) não estiveram presentes na sessão que definiu o reajuste. A favor do reajuste, votaram Márcio Almeida (PPS), Marcelo da Santa Casa (PSD), Tia Cleusa (MDB), João Pita (PSB) e Décio Pereira (MDB), que justificou seu voto ao afirmar que não há aumento real dos subsídios há 12 anos e citou cobrança sobre parlamentares para elevar os valores recebidos. "Eu acho que o vereador nessa Casa de Leis é cobrado muito mais do que um secretário (municipal). Acho que um vereador de uma cidade como Guaratinguetá deveria ganhar até mais que um secretário, que exerce sua função e não é cobrado como o vereador é".

Assim como Pereira, Márcio Almeida também saiu em defesa do reajuste. "Para chegar ao valor que foi fixado foi seguido o PPA (Plano Pluri Anual) da Câmara, que é confeccionado pelo departamento financeiro da Câmara, e foi adotado o reajuste técnico que é o nome específico, de 5% ao ano, que é o mesmo reajuste técnico utilizado para os servidores da Casa".

Os votos contra o reajuste foram de Nei Carteiro (MDB), Fabrício Dias (MDB) e Marcos Evangelista (PSDB), que ocupa o cargo de presidente da Comissão de Finanças e que propôs o reajuste.

O tucano foi contra o parecer da comissão e votou contrário ao reajuste.

"Eu, como presidente da comissão, tinha que apresentar o projeto de reajuste, mas não assinei. Outros dois vereadores membros da comissão assinaram e deram início a tramitação. Votei contra o regime de urgência", explicou. "Tendo em vista que o projeto passou, que ele tramitasse pelo menos no regime normal. Eu penso que não é o momento pra discutirmos assuntos dessa relevância. Poderia ser discutido na próxima legislatura para fixar para outra, ou que se pensasse nisso anteriormente", afirmou.

Ao fim da votação, o presidente da Câmara, Marcelo Coutinho, o Celão (PSD), afirmou que a proposta foi da Comissão de Finanças e ele apenas analisou a constitucionalidade do documento. De acordo com o parlamentar, não há nada ilegal dentro do que foi apresentado na última quinta. "Os vereadores respeitaram os 5% de reajuste técnico dentro do PPA. Esse foi o cálculo repassado ao departamento financeiro para fazer o impacto financeiro".

Fotos: Arquivo Atos

A Câmara de Guaratinguetá, que aprovou reajuste de 34% para 2021

Quanto "custa" o vereador na região?

Em Guaratinguetá, o subsídio mensal de cada vereador saltará de R$ 8.553,83 para R$ 11.462,95 em primeiro de janeiro de 2021. Na região, a Câmara de São José dos Campos paga o maior valor de subsídio para vereador, R$ 10,173. Ubatuba paga R$ 10.128,80 por parlamentar, enquanto Pindamonhangaba paga R$ 9.605,83, Cruzeiro R$ 5.931,38 e Lorena R$ 5.481,82.

Aprovado por 5 a 3, novo valor do subsídio entra em vigor em 2021 com reajuste de 34%

Vale participa do Dia D contra a febre amarela

Marcelo Augusto
Região

As cidades do Vale do Paraíba fazem parte neste sábado da campanha que realiza o Dia D de vacinação contra a febre amarela, ação que terá atendimento das 8h às 17h e que foi determinada pela secretaria de Saúde do Estado, após a confirmação de 66 casos e 12 óbitos.

De acordo com levantamento do Estado, até maio a imunização havia atendido 642.011 pessoas na região. A estratégia organizada pela secretaria de Estado da Saúde visa aumentar da cobertura vacinal, que atualmente é de 82,3%.

A campanha estipulou que cada cidade deve organizar a vacinação nos postos de saúde conforme a necessidade de cobertura da imunização.

Entre as cidades da região, Lorena terá vacinação nas UBS's dos bairros Cidade Industrial e Bairro da Cruz. Segundo o Departamento de Vigilância Epidemiológica de Lorena, 71,6% da população já receberam a dose.

A campanha em Guaratinguetá é realizada no AME (Ambulatório Médico de Especialidades). Segundo a Prefeitura, quase todas unidades de saúde do município estão aplicando a vacina.

Em Potim o mutirão acontece na unidade básica de saúde, à praça Josino Ribeiro da Silva, Centro.

Quem pode – A secretaria de Saúde destacou que para ser imunizada, a pessoa deverá ter entre nove meses e sessenta anos. As restrições são para mulheres amamentando, crianças menores de seis meses, pessoas que possuem alergia grave a ovo, portador do HIV com contagem de células CD4 menor que 350, pacientes em tratamento com quimioterapia ou radioterapia, ou que possuem doenças autoimunes e em tratamento com imunossupressores (medicamentos que diminuem as defesas do corpo).

Projeto que tenta redução dos subsídios dos vereadores espera votação em Cachoeira

Proposta, que deve ser votada após recesso; pede R$ 1.310 para parlamentares e R$ 1.713 ao presidente

Jéssica Dias
Cachoeira Paulista

O projeto que pede redução dos salários dos vereadores, para a Legislatura 2021 a 2024, voltou à pauta na Câmara de Cachoeira Paulista, na última terça-feira. A proposta está sendo analisada pela comissão e deve entrar em votação na volta do recesso.

A cidade conta com 13 parlamentares, que têm salário de R$ 4,2 mil. A alternativa dos vereadores é reduzir o valor para R$ 1.310, e do presidente da Casa de R$5.961,35 para R$ 1.713. A folha mensal de pagamento dos parlamentares chega a R$59 mil. A ideia inicial do projeto era de reduzir para um salário mínimo (atualmente de R$ 998), mas acabou sendo reavaliado.

O texto teve como autores os parlamentares Ilwanderson de Oliveira, o Nenê do São João (PSB) e o atual presidente Dimas Barbosa (PTB). Na Casa, contou com as assinaturas de Breno Anaya (PSC), Maximilio Miranda Gonçalves de Barros, o Max Barros (DEM) e Sebastião dos Santos, o Tião do Marly (PR).

De acordo com o projeto "... A despesa com o subsídio dos vereadores de Cachoeira Paulista não poderá exceder a 5% da receita do município. A Câmara não gastará mais de 70% de sua receita com folha de pagamento...".

"Hoje, se não houver um sacrifício por parte da classe política, vai ter uma hora que vamos ter que mandar embora assessores, ou seja, nós vamos contribuir para o indicador (desemprego) altamente negativo que a cidade conta. Nós temos o pior índice de geração de empregos", salientou Barbosa, que relatou ainda que até 31 de dezembro de 1972 o exercício legislativo era feito de forma gratuita, e que só a partir disso passou a subsidiar o salário de vereador. "O que a gente observa é que as pessoas entram na classe política pelo salário, oportunidade e pensando que 'estar vereador' é emprego. Tanto não é emprego que o vereador não é assalariado, ele é subsidiado".

Nenê completou a posição de Barbosa destacando que o valor do subsídio não importa. "Eu estou vereador não pelo salário, então se é para ganhar R$ 1 mil, R$ 3 mil ou R$ 4 mil eu sou candidato. Não é justo eu ganhar R$ 3 mil, R$ 4 mil, e a Santa Casa estar fechada".

A expectativa é de que o projeto entre em votação após o recesso de julho.

Foto: Jéssica Dias

Vereadores de Cachoeira Paulista, que debatem redução de subsídios na Câmara para o próximo mandato; situação aguarda votação

Justiça ordena exoneração de cargos comissionados na Prefeitura de Lorena

Medida pode cortar até noventa trabalhadores; governo planeja reforma interna

Da Redação
Lorena

O Tribunal de Justiça do Estado ordenou na última semana a Prefeitura de Lorena a extinguir diversos cargos de comissão, o que deve gerar a demissão de cerca de noventa funcionários até o fim de agosto. Para se adequar ao corte, o Poder Executivo abriu um processo licitatório para a contratação de uma empresa especializada em reforma administrativa.

No fim de 2018, a Procuradoria Geral da Justiça promoveu uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra a existência de 144 cargos comissionados na Prefeitura de Lorena. De acordo com o órgão, foi verificado que não há necessidade do Executivo manter funcionários comissionados para desempenharem diversas funções técnicas, burocráticas ou operacionais, pois elas devem ser ocupadas por servidores de carreira (concursados). Para a Procuradoria, as contratações seriam justificáveis caso os contratados atuassem em serviços de assessoramento, chefia ou direção.

Defendendo-se do apontamento, o município apresentou dados que tentavam demonstrar a necessidade da manutenção de seus 1.797 servidores, sendo 111 comissionados, já que eles seriam fundamentais para manter o funcionamento dos serviços públicos desenvolvidos na cidade. Já temendo que fossem ordenados os desligamentos, a Prefeitura solicitou que a Justiça concedesse um prazo razoável para que pudesse se adequar ao corte.

Após analisar os relatos das duas partes, o Tribunal de Justiça do Estado julgou procedente a Adin, ordenando a extinção dos cargos comissionados e que os contratados sejam exonerados até 31 de agosto.

Futuro – Em nota oficial, a Prefeitura de Lorena informou que devido ao "impacto que será causado na administração pública, podendo, inclusive, gerar deficiência no serviço a ser prestado a partir das exonerações, o munícipio abriu processo licitatório para contratação de uma empresa especializada em Reforma Administrativa, a fim de se adequar à nova realidade, com a criação de alguns cargos, em atenção aos ditames da Constituição e com a abertura de novo concurso público (trecho da nota)".

Fotos: Reprodução PMA

Prefeita em exercício acompanha trabalhos de servidores no primeiro dia após assumiwr cargo de Ernaldo

Dina Moreira promete segurar alto escalão de Ernaldo na Prefeitura

Vice tomou posse após afastamento de Marcondes, acusado por fraudar contrato para compra de kits

■ Rafael Rodrigues
Aparecida

Depois de assumir a Prefeitura de Aparecida, na última terça-feira, Dina Moraes Moreira, a Dina da Apae (PDT), confirmou que não deve realizar mudanças drásticas no governo municipal e que manterá o quadro de secretários. A única alteração feita pela chefe do Executivo foi a nomeação de Welington Nogueira para o cargo de secretário de Administração.

Nogueira ocupará a pasta deixada por Domingos Leo Monteiro, que também foi afastado de sua função juntamente com o prefeito Ernaldo Cesar Marcondes (MDB). O novo secretário já fazia parte do quadro de funcionários da atual administração e era responsável pela Ouvidoria do Município. Segundo a Prefeitura, ele irá acumular as duas funções nesse primeiro momento.

Apesar de assumir que manterá o secretariado nomeado pelo seu antecessor, Dina não descartou que a administração possa sofrer mudanças, dando a entender que vai aguardar o desenrolar jurídico do afastamento de Marcondes.

"Temos que aguardar todos os pareceres judicias. Acho que muitas coisas que constam no processo ainda cabem explicações e defesa, e nesse primeiro momento seria um atraso dispensar as pessoas e começar de novo", revelou.

Como primeira medida, Dina Moraes suspendeu temporariamente contratações de empresas e pagamentos à fornecedores. "Baixei um decreto para tomar algumas medidas administrativas e também tomar conhecimento de toda realidade dentro da Prefeitura. Vou estudar cada uma das secretarias para traçar um direcionamento".

A nova prefeita garantiu que nunca participou de decisões administrativas ao longo do período em que esteve como vice. Ela negou que isso possa trazer prejuízos à sua administração e disse que vai andar pelas ruas da cidade ouvindo a população. "Nesse primeiro momento queremos trabalhar se baseando com as ideias da população do que qualquer outra coisa. Eu preso muito isso, a conversa e o diálogo com o povo", prometeu.

Já no primeiro dia no cargo, ela foi pessoalmente levar o termo de posse aos nove vereadores, ainda na manhã da última terça-feira. "Eu acho fundamental a união entre Legislativo e Executivo. Não podemos cada um trabalhar de um lado, temos que caminhar juntos e pensar na população".

Entenda o caso - A Justiça de Aparecida concedeu liminar no último dia 19, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, determinando o afastamento do prefeito Ernaldo Cesar Marcondes e do secretário de Administração, Domingos Leo Monteiro. A liminar também determinou o bloqueio de bens dos agentes públicos e das empresas envolvidas, no valor de mais de R$ 11,6 milhões.

Na ação, a promotora de Justiça Paloma Sanguiné Guimarães, argumenta que em 2015, Ernaldo, que era prefeito em exercício, autorizou a abertura de licitação na modalidade convite para aquisição de kits escolares.

No entanto, segundo o MP, o processo licitatório não passou de uma fraude, pois já estava, desde o início, direcionado para a contratação da empresa DCB Comercial Eireli. Foi constatado ainda que houve o superfaturamento de preços em R$ 446.676, e que o número de kits adquiridos era muito superior ao de alunos da rede municipal de ensino.

Assistência Social realiza ações em preparação para Conferência Municipal de Guaratinguetá

■ Da Redação
Ubatuba

A secretaria de Assistência Social de Guaratinguetá já se prepara para a Conferência Municipal de Assistência Social, com a realização de quatro pré-conferências.

As atividades têm o objetivo de integrar a população com a rede socioassistencial da cidade, identificando necessidades de melhorias no município, apresentando sugestões para fortalecer as políticas públicas de assistência social, além de propor estratégias em benefício ao Suas (Sistema Único de Assistência Social) no combate à vulnerabilidade social.

A Conferência Municipal será realizada em agosto de 2019.

Câmara aprova novos empréstimos de R$ 10 milhões de Marcus Soliva com a Caixa

Após longa sabatina, votação em regime de urgência garante liberação antes do recesso parlamentar

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

Dois projetos de leis encaminhados pela Prefeitura de Guaratinguetá à Câmara foram aprovados em regime de urgência na última terça-feira. O Executivo solicitou aprovação dos vereadores para abertura de créditos junto à Caixa Econômica Federal, cada um deles no valor de R$ 5 milhões.

A proposta levantou uma discussão no Legislativo sobre como e até quando o município pagaria os empréstimos com o banco. Os parlamentares convidaram o prefeito Marcus Soliva (PSB) para uma sessão especial, antes de votarem os projetos.

A iniciativa pelo convite ao prefeito foi do vereador Márcio Almeida (PPS), que questionou o volume de recursos emprestados pelo Executivo ao banco. De acordo com o parlamentar, existe uma preocupação sobre o endividamento da Prefeitura para os próximos anos.

"Como estou num parlamento, preciso entender que alguns vereadores ainda têm dúvidas com relação a esse projeto. Então nada melhor que o próprio prefeito vir aqui sanar essas dúvidas. Como sou o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e autor do pedido de urgência para os dois projetos (votação dos PL's), achei prudente dar a oportunidade dos vereadores ouvirem o prefeito", esclareceu Almeida.

Durante a explicação no plenário, Soliva detalhou que os recursos serão destinados ao recapeamento de diversas ruas e avenidas do município. Entre as vias contempladas estão bairros que ainda não têm pavimentação asfáltica e outras localidades que precisam de melhorias devido às rachaduras e buracos nas ruas.

Fotos: Leandro Oliveira

Marcus Soliva é recebido por vereadores em sabatina na Câmara

"Os R$ 10 milhões são para recape das principais vias, entradas de cidade, avenidas que vão sentido ao setor industrial, avenida Presidente Vargas, avenidas de principais circulações e ruas da cidade. A gente tinha que vir justificar, pois alguns vereadores tinham dúvida sobre o empréstimo feito, gerando dívida para próximas gestões, já que temos dois anos de carência para começar a pagar o capital", afirmou.

Segundoo prefeito, os empréstimos têm prazo de dez anos para serem quitados, com dois anos de carência. Durante esses dois anos, o município paga apenas o juros do empréstimo. "Não é dívida, é investimento na infraestrutura urbana. Esse nível de investimento não vai gerar um endividamento maior. Todos os municípios têm as suas contas a serem pagas durante o ano", afirmou.

Na apresentação, Soliva salientou que numericamente o maior valor a ser pago pelo Executivo será em 2020, com a quitação das dívidas de precatórios. A projeção para 2021 é de que os cofres municipais tenham um fôlego extra com a diminuição desse pagamento. Segundo o prefeito, em 2020 serão R$ 14,9 milhões de pagamentos entre empréstimos e precatórios. Para 2021 o valor projetado é de R$ 9,8 milhões.

Votação – Manifestaram-se a favor do projeto os vereadores Márcio Almeida (PPS), Pedro Sannini (PTB), Marcos Evangelista (PSDB), Fabrício Dias (MDB), Décio Pereira (MDB), João Pita (PSB), Marcelo da Santa Casa (PSD) e Tia Cleusa (MDB). O único voto contra foi de Nei Carteiro (MDB).

Fotos: Reprodução EBC

Eleitor participa de cadastro biométrico; procura na região é baixa

Com baixa procura por biometria, cartórios investem série de plantões

Exemplos do ritmo reduzido, Aparecida, Potim e Roseira somam 69 mil habitantes com apenas 40% dos eleitores cadastrados na Justiça Eleitoral

Jéssica Dias
Leandro Oliveira
Região

A baixa procura pela biometria preocupa os cartórios eleitorais na RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba). Com obrigatoriedade em 478 municípios paulistas, o novo sistema da Justiça Eleitoral tem prazo estipulado para registrar as impressões digitais até o dia 19 de dezembro. Mas a expectativa é de que não serão poucas as cidade que podem ter problemas no cadastramento entre as 32 cidades na região participantes.

O eleitor que não registrar pode ter o título cancelado, além de penalidades como ficar impedido de tirar passaporte, tomar posse em cargo público e o CPF anulado. Entre os municípios que recebem a biometria estão Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Caraguatatuba, Guaratinguetá, Lavrinhas, Lorena, Pindamonhangaba, Potim, Roseira, Silveiras e Ubatuba.

O Cartório Eleitoral de Aparecida abrange, além da própria cidade, Potim e Roseira. A procura pela biometria até o fim de junho é baixa, mesmo com pontos de cadastros nos três municípios. A falta do cadastramento pode levar a perda do título de eleitor e desabilitação do direito ao voto nas próximas eleições.

Somando 69.014 habitantes, as três cidades contam com menos da metade dos moradores que realizaram o cadastramento biométrico. Apenas 40% dos eleitores compareceram para fazer o cadastro. Segundo a técnica judiciária do Cartório de Aparecida, Ana Carla Carvalho, faltam mais de 60% de eleitores para fazer a biometria.

Em Potim, 55% dos eleitores ainda não fizeram o cadastro biométrico. Percentual que representa 6,7 mil dos 12 mil eleitores do município. Em Aparecida a adesão é ainda menor, 60% dos 28,5 mil eleitores não fizeram o cadastramento obrigatório. Em Roseira, restam ainda cinco mil eleitores, que totalizam 58% de ausência até o momento.

"Eu acredito que as pessoas não estão se ligando na importância de ter o título estão achando que o título é só para votar, mas na verdade o cancelamento do título impede várias outras coisas, inclusive ter os benefícios de aposentadoria suspenso", explicou Ana Carla.

Buscando chamar atenção da população, os cartórios investem em plantão aos sábados e horário estendido, com mutirões mensais das 8h às 13h, divulgação nas rádios das cidades e carro de som nas ruas.

Além dos plantões, as cidades mantêm postos diários. Em Potim foi aberto um ponto de atendimento no começo do ano, na secretaria municipal de Educação, à avenida Rio Grande do Sul, nº 45, no Jardim Alvorada, das 8h30 às 17h. Em Roseira, o ponto de cadastro é em frente à rodoviária da cidade, das 9h às 16h, enquanto em Aparecida, o cadastramento deve ser feito no próprio Cartório Eleitoral, à praça Victor Coelho de Almeida, nº 342, no Jardim São Paulo. O atendimento é feito de segunda à sexta-feira, das 8h30 às 18h. O eleitor que deseja saber os pontos de atendimento da sua cidade pode entrar no site da Justiça Eleitoral, tse.jus.br.

O processo para a biometria dura cerca de 15 minutos. São colhidas as digitais de todos os dedos, depois é feita uma foto e, por último, o preenchimento dos dados. O eleitor deve apresentar comprovante de endereço em nome do eleitor, podendo ser contas de água, luz, telefone ou celular recentes, de no mínimo três meses; RG, carteira de trabalho, certidão de nascimento ou de casamento; comprovante de quitação do serviço militar (homens com idade entre 18 e 45 anos) para o primeiro título; título de eleitor e comprovantes de votação, se tiver.

Apesar da agilidade no processo, a chefe do Cartório Eleitoral, Gisele Rodrigues, revelou preocupação. "Tem que aproveitar agora que está tranquilo, porque no fim do ano, vai ter muita gente fazendo o cadastro. A princípio o prazo é 19 de dezembro, mas tendo em vista o grande número de eleitores que ainda faltam, a gente pede para a população ter compreensão e comparecer o quanto antes", contou.

Blitz do TCE encontra falhas e irregularidades em hospitais e postos de saúde na RMVale

Santa Casa de Cruzeiro é destaque negativo em relatório que passou por outras 14 cidades são fiscalizadas

Lucas Barbosa
Regional

Para averiguar as condições estruturais e a qualidade do atendimento oferecido aos usuários da rede pública de saúde, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) realizou na última terça-feira uma fiscalização surpresa em hospitais e unidades básicas em diversos municípios paulistas. A ação, que percorreu 15 cidades da RMVPL (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte), classificou a Santa Casa de Cruzeiro como a em pior situação.

Contando com 303 agentes, a blitz do TCE verificou 268 unidades municipais de saúde e 32 estaduais, distribuídas por 229 municípios.

As cidades visitadas pelos agentes na região foram Aparecida, Areias, Canas, Campos do Jordão, Cruzeiro, Ilhabela, Jacareí, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, São Sebastiao e Taubaté.

De acordo com o órgão, foram analisadas a existência de atendimento preferencial, organização do atendimento, cordialidade na recepção dos usuários, qualidade das salas de espera, disponibilidade de médicos de diversas especialidades, local de atendimento diferenciado para pacientes com dengue, condições dos banheiros e a existência de rampas e sanitários com acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

A reportagem do **Jornal Atos** teve acesso ao relatório das cidades vistoriadas na região.

O pior resultado foi obtido pela Santa Casa de Cruzeiro, onde foi verificada ausência de atendimento preferencial, cordialidade dos recepcionistas, local de atendimento diferenciado para pacientes com dengue e de boas condições da sala de espera, banheiros e de acessibilidade para deficientes físicos.

O relatório também afirmou que um morador de rua foi flagrado dormindo em um canto da recepção do hospital.

Já na UBS (Unidade Básica de Saúde) do Centro de Areias foram constatadas a falta do setor de atendimento especial para vítimas da dengue e banheiros para deficientes físicos.

Além dos mesmos problemas de Areias, em Canas não foram encontradas rampas de acessibilidade no prédio.

A falta de adaptação do prédio e sanitários para portadores de dificuldade de locomoção também foram averiguadas no Centro de Saúde de Lavrinhas.

Na UBS de Piquete, os fiscais se depararam com as infrações de falta de permanência de médico de especialidade que deveria ser oferecida pela unidade, no caso o ortopedista que só atende um dia da semana, e também do setor de atendimento especial para pacientes com dengue.

No Litoral Norte, o TCE identificou na UBS do bairro Alto da Barra, de Ilhabela, ausência de médicos de especialidades que deveriam ser oferecidas pela unidade e acessibilidade para deficientes físicos.

Em São Sebastião, apesar da UPA do Centro possuir banheiros para deficientes físicos, os agentes se depararam com as portas trancadas.

Aprovadas – Não foram encontradas falhas nas unidades de Aparecida (Unidade de Pronto Atendimento da Santa Casa), Jacareí (Unidade de Pronto Atendimento do Parque Meia Lua), Pindamonhangaba (Unidade de Pronto Atendimento de Moreira César), Lorena (Unidade Básica de Saúde do Bairro da Cruz), Lagoinha (Unidade Básica de Saúde do Centro).

Fotos: Arquivo Atos

Pacientes esperam por atendimento na Santa Casa de Cruzeiro

Sem empresas interessadas, Prefeitura decide cancelar licitação da Zona Azul de Guaratinguetá

Executivo precisa elaborar outro processo licitatório para retomada do serviço, depois de não atrair concorrentes

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

A Zona Azul de Guaratinguetá permanecerá fora de operação. O processo licitatório para definição da nova prestadora de serviço estava suspenso desde fevereiro. Quatro meses após a suspensão, as propostas das concorrentes seriam conhecidas e a vencedora seria definida, mas nenhuma das empresas compareceu à última etapa do certame, o que levou ao cancelamento.

O imbróglio que envolve o estacionamento rotativo de Guaratinguetá pode chegar a um ano em setembro. Nesse mês do ano passado, a Prefeitura colocou ponto final no contrato com a AC Park, empresa que administrava a Zona Azul no município. Desde então a cobrança pelo estacionamento rotativo não é feita, e as principais ruas e avenidas permanecem lotadas de veículos estacionados.

Fotos: Arquivo Atos

Veículos estacionados em frente ao hospital Frei Galvão, área que tem atenção especial para Zona Azul

A falta de rotatividade das vagas atrapalha até mesmo o comércio da região central. A ausência da Zona Azul foi reclamada pelo presidente da Associação Comercial e Empresarial de Guaratinguetá, Ricardo Teberga. "A gente pede que isso seja resolvido o quanto antes, pois os consumidores podem deixar de frequentar o centro comercial para fazer compras em outros locais, como o shopping, ou até outras cidades", destacou no fim de 2018.

Sem cobrança pela Zona Azul e sem rotatividade, os motoristas também sofrem. A licitação, suspensa em fevereiro desse ano, foi reaberta em junho e acabou cancelada sem nenhuma empresa interessada. Em entrevista ao **Jornal Atos**, o secretário de Mobilidade Urbana e Segurança, Marco Antônio 'Major' Oliveira explicou como fica o planejamento para o estacionamento rotativo agora. "Aguardamos a presença de interessados, no entanto, não apareceu ninguém. Com isso, de imediato, o próprio prefeito Marcus Soliva (PSB) já nos solicitou uma revisão na proposta apresentada. O trâmite segue agora na secretaria de Administração, e depois será encaminhado para a Mobilidade para uma revisão, em conjunto, envolvendo toda a Prefeitura, para que tenhamos o mais rápido possível a abertura de um novo processo licitatório", afirmou.

Como o edital foi cancelado, não há um prazo legal para que o Executivo elabore uma nova licitação. O secretário garantiu que nas próximas semanas um novo edital será publicado. Questionado se os valores referentes à outorga pelo serviço e o percentual de repasse ao município poderiam ser os motivos pelo falta de comparecimento de empresas no certame, Oliveira foi enfático. "Todo o processo foi completamente diferenciado do anterior. Foi tudo remodelado, verificado e, com isso, com certeza as empresas observaram uma redução de um ganho menor em comparação com outros contratos, não demonstraram esse interesse".

A nova licitação será elaborada pelo departamento de Licitação e pela secretaria de Administração, em conjunto com a secretaria de Mobilidade Urbana.

Número de mortes quase dobram em Caraguá e Cruzeiro e Vale tem nove cidades com mais assassinatos em 2019

Mesmo com queda de homicídios, região segue a mais violenta do interior; números são desafios para Estado

Lucas Barbosa
Regional

Apontada pelo Estado como a mais violenta do interior, a RMVPLN (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) possui nove das vinte cidades com mais assassinatos nos primeiros cinco meses do ano em São Paulo. Ente elas se destacam Caraguatatuba e Cruzeiro que registraram um aumento considerável de casos no comparativo com o mesmo período de 2018.

Divulgado pela secretaria de Segurança Pública do Estado, na última semana, o levantamento revelou que a região teve 138 moradores assassinados entre janeiro e maio. Enquanto 131 foram vítimas de homicídios dolosos (quando existe a intenção de matar) outros sete perderam suas vidas em latrocínios (roubo seguido de morte).

Os dados apontaram que mesmo liderando o índice de violência, a RMVPLN obteve uma redução de quase 7% de casos no comparativo com o mesmo período de 2018, quando contabilizou 148 (140 homicídios dolosos e 8 latrocínios).

Com 17 vítimas de assassinatos, sendo 15 homicídios e 2 latrocínios, Caraguatatuba é a quarta cidade mais violenta do interior, ficando atrás somente de Campinas (59), Ribeirão Preto (23) e Sorocaba (18). O município litorâneo registrou um aumento de quase 89% em comparação com a mesma época do ano passado, que foi de 9 ocorrências. Na quinta e sexta colocações aparecem São José dos Campos (15) e Taubaté (14). Dividindo a oitava posição, Lorena e Cruzeiro tiveram 12 moradores vítimas de mortes violentas. Enquanto a primeira contabilizou uma redução de 20% em relação a 2018, quando ocorreram 15 mortes, a outra enfrenta um aumento de 71%, já que anteriormente teve sete assassinatos.

O crime em Cruzeiro que gerou mais comoção ocorreu em 18 de janeiro, quando o menino João Pedro Ribeiro, de três anos, foi morto a pauladas pelo padrasto. Com a ajuda da própria mãe da vítima, o assassino enterrou o corpo em um matagal no bairro Quilômetro 4. O crime foi descoberto pela Polícia Civil dois dias depois, após parentes desconfiarem do sumiço da criança. O casal permanece preso e responderá à Justiça por homicídio qualificado e ocultação de cadáver.

Preocupada com a situação de Cruzeiro, a Câmara realizou uma audiência pública sobre segurança na última terça-feira. Contando com a presença do capitão da Polícia Militar Bruno César Assis e outros membros da corporação, o evento, além de buscar alternativas para tentar conter o crescimento de mortes violentas, discutiu também dados estaduais que demonstram reduções de 100% em latrocínios e roubos de carga.

Os roubos também tiveram uma queda de 29%, já os furtos caíram apenas 1%.

As demais cidades da região que estão entre as mais violentas do interior são Jacareí, na 11° posição e com 11 assassinatos, Pindamonhangaba na 15° posição com 9 casos e Guaratinguetá e Ubatuba, que contabilizaram 8 ocorrências, ficando empatadas na 17° colocação.

Estado – Através do Comando do Policiamento do Interior 1, a Polícia Militar emitiu uma nota oficial em que ressalta que a RMVPLN registrou em 2019 quedas em 6 dos 9 indicadores criminais no comparativo com o mesmo período do ano passado.

Levando em conta apenas os meses de maio, a corporação apontou uma redução de 39,3% em homicídios dolosos, caindo de 28 para 17 ocorrências. Já em latrocínios a queda foi de 25%, passando de 8 para 6 casos.

A PM revelou que em de maio o trabalho das polícias na região resultou em 975 prisões, um recorde histórico ao lado de 2015. Também foram apreendidas 102 armas de fogo e 242 prisões em flagrante por tráfico de drogas.

Além da realização de constantes operações na região, como a "São Paulo Mais Seguro" e "Interior Mais Seguro", a PM destacou que a inauguração de uma nova companhia do 3° BAEP (Batalhão de Ações Especiais de Polícia), que será realizada neste sábado em Taubaté, "somará mais 119 homens para a força de trabalho no combate à criminalidade na região (trecho da nota)".

Cidade Legal promete avançar com a regularização de dez núcleos em Lorena

Convênio pode pôr fim à polêmica de área invadida no Parque das Rodovias; famílias esperam atendimento

Rafaela Lourenço
Lorena

Mais uma cidade da região se movimenta para regularizar bairros junto ao Estado. Lorena assinou um convênio com o programa do governo paulista, o "Cidade Legal", para regularizar dez áreas no município. Entre elas, a área invadida no Parque das Rodovias.

A Prefeitura indicou à secretaria de Habitação do Estado, pasta responsável pelo Cidade Legal (programa de regularização fundiária), dez áreas ocupadas irregularmente nos bairros Parque das Rodovias (4), Cabelinha (1), Vila Passos (1), Vila Brito (1), Jardim Novo Horizonte (1), Aterrado (1) e uma área na estrada Santa Terezinha.

Segundo o secretário de Obras e Planejamento Urbano, Marcos Anjos, a cidade recebeu os agentes do Estado entre abril e maio para uma visita técnica para conhecerem os locais indicados para a regularização. "A equipe técnica fez o reconhecimento 'in loco' para darmos início a essa documentação. Entre abril e maio, fomos em dois núcleos do Parque das Rodovias e passamos pela região do 'Pé Sujo', que também passará pela regularização fundiária".

De acordo com a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), que realizou um relatório preliminar com análise técnica e jurídica inicial, apenas no núcleo invadido do Parque das Rodovias, cerca de 505 famílias serão beneficiadas. "...Os núcleos que serão regularizados são Parque das Rodovias 1 - 61 lotes para 61 famílias; Parque das Rodovias 2 - 23 lotes para 23 famílias; Parque das Rodovias 3 - 286 lotes para 286 famílias e Parque das Rodovias 4 - 135 lotes para135 famílias... (trecho da nota)".

A área invadida no Parque das Rodovias, em 2005, pertencente à empresa Tecelagem Diamantina, que segue na Justiça desde 2012 com um processo de desapropriação, conta mais de duzentas famílias que anseiam por condições básicas como o tratamento de água e esgoto. "Aqui está tudo contaminado, não tem cacimba boa aqui, é esgoto ao céu aberto. Em uma área invadida, não existe inocente. Nem quem entrou primeiro, quem entrou depois, nem o proprietário que está devendo imposto, todo mundo é culpado, mas é complicado lidar com essa situação aqui", frisou o morador Flávio Augusto dos Santos, pai de um menino de seis meses que teve problemas de infecção ao nascer.

Fotos: Arquivo Atos

Moradores de área invadida no Parque das Rodovias, que esperam definição de imbróglio em Lorena

O metalúrgico de 29 anos, hoje desempregado, contou que por acompanhar toda a situação do local, os moradores temem ser despejados. "A preocupação que todo mundo tem é que se amanhã vem uma máquina e derruba tudo, se vamos ser removidos, ou se ficamos, mas as pessoas estão com a cabeça mais tranquila. Porque é muita notícia ruim que chega, vem muita mentira. A gente não tem nem o básico do básico, do pouco de informação que chega, tem que chegar sem ser distorcida".

Anjos ressaltou que a área já possui uma tratativa com o Ministério Público junto à Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) para a instalação de água e coleta de esgoto, e que com o "Cidade Legal" possivelmente a regularização seja feita através do sistema de usucapião. "Como o programa é de regularização fundiária, ele permite que regularize a situação dos moradores, talvez o usucapião, coisas neste sentido, porque as pessoas estão morando nessa área já há um tempo. Mas é uma situação que ainda vai ser discutida, documentações que estamos levantando com a secretaria de Habitação para termos essa informação específica".

Após o primeiro encontro com a equipe técnica do Estado, a Prefeitura levantará os documentos exigidos pelo programa, como por exemplo, o georreferenciamento realizado em 2018, que auxiliará neste processo. "Estamos no limite de prioridade do Estado. O próximo passo será nos reunirmos novamente, de acordo com a disponibilidade da secretaria da Habitação, e sentarmos com essa documentação para aí sim fazer a linha de ação futura que deve ser tomada para entrar nesse processo de regularidade".

A população carente de baixa renda não terá gastos com a regularização, o programa estadual arcará com todos os custos para a regularização. "Sabemos que demora um pouco, mas pelo amor de Deus, aqui é tudo aberto, fossa, cacimba. Se instalar um vírus aqui, vai proliferar da noite para o dia", salientou Santos.

Após seis anos, Pinda anuncia distribuição de uniformes escolares

Lucas Barbosa
Pindamonhangaba

Com um investimento de R$ 3 milhões, a Prefeitura de Pindamonhangaba anunciou na última semana que distribuirá uniformes escolares para os quase 14 mil alunos da rede municipal de ensino. Além de mais segurança, a expectativa do Executivo é que a medida contribua para que crianças de baixa renda tenham acesso à roupas mais adequadas ao clima.

Segundo o secretário de Educação, Júlio Cesar do Valle, os uniformes serão entregues no início de agosto, período de retorno dos estudantes após as férias escolares. Além das crianças, que cursam o berçário até ao quinto ano do ensino fundamental, serão também beneficiados os alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos). A última vez que Pindamonhangaba disponibilizou uniformes aos alunos da rede municipal foi em 2013.

Segundo Valle, cada estudante receberá duas camisetas manga curta, uma manga comprida, uma regata, uma calça e uma jaqueta. Enquanto os meninos ganharão duas bermudas, as meninas receberão dois shorts saia. "Nunca na história de Pinda um kit de uniformes escolares tão completo como este foi entregue. Será importante para a segurança das crianças, já que será mais fácil identificá-las nas proximidades dos colégios. Além do conforto, ter um conjunto apropriado de roupas de qualidade para frequentar aulas, nos dias de calor e principalmente nos de frio, certamente vai garantir maior igualdade entre os alunos", ressaltou o secretário de Educação.

Vencedora do processo licitatório, a empresa Terra Brasil Uniformes Escolares será a responsável pela confecção das peças de vestuário.

A parte da frente das vestimentas será personalizada com o brasão da cidade, já parte de trás será grafado: "Prefeitura Municipal Pindamonhangaba" e "Secretaria de Educação".

Região – Ao contrário de Pinda, outras cidades da região entregaram os uniformes aos alunos das redes municipais no primeiro semestre do ano.

De acordo com a Prefeitura de Guaratinguetá, contando com um investimento de quase R$ 688 mil, as peças de vestuário foram distribuídas aos mais de dez mil alunos no início do ano.

A Prefeitura de Silveiras, afirmou ter fornecido 850 uniformes, confeccionados através de um investimento municipal de R$ 17 mil.

Segundo a Prefeitura de Cruzeiro, foram entregues as vestimentas adequadas para seus mais de sete mil estudantes, distribuídos por 31 unidades escolares. O valor do investimento não foi revelado pelo Executivo.

A Prefeitura de Lorena, que atende cerca de 8,6 mil estudantes, comunicou que os ingressantes em 2019, receberam o excedente dos 12 mil uniformes adquiridos no ano passado, através de um investimento municipal de pouco mais de R$ 76 mil.

No Litoral Norte, a Prefeitura de Ubatuba revelou que apesar de não ter fornecido uniformes, desenvolve um estudo de viabilidade para a implantação da melhoria.

A reportagem do **Jornal Atos** solicitou informações sobre a distribuição de uniformes às prefeituras de Aparecida, Cachoeira Paulista, Potim e Roseira, mas elas não enviaram respostas até o fechamento desta edição.

Prefeitura de Ubatuba amplia melhorias na iluminação pública

Empresa é contratada emergencialmente para recuperar quinhentos pontos; medida tenta garantir mais segurança a moradores e turistas do município

Da Redação
Ubatuba

Enquanto aguarda a conclusão de um processo licitatório, a Prefeitura de Ubatuba contratou emergencialmente no início do mês uma empresa que será responsável pelos reparos de cerca de quinhentos pontos de iluminação pública. Retomado na última semana, o serviço de manutenção busca contribuir para que os moradores e turistas tenham mais segurança no período noturno.

De acordo com o Executivo, devido ao fim do contrato em fevereiro com a antiga empresa responsável pela gerência do sistema iluminação pública, a Elektro, o prefeito Délcio Sato (PSD) ordenou a realização de um processo licitatório para a contratação emergencial, por sessenta dias, de uma nova terceirizada.

Vencedora da concorrência, a GCL Brasil atuou até o fim de abril na recuperação e modernização de aproximadamente 12 mil pontos de luz distribuídos pela região central e regiões norte e sul. O serviço foi viabilizado através de um investimento municipal de R$340 mil.

Em maio, a Prefeitura iniciou a elaboração de uma licitação para a contratação anual de uma nova gestora. A expectativa é que o trâmite seja concluído no início de julho.

Devido ao término da vigência do contrato com a GCL Brasil e o andamento burocrático da licitação definitiva, uma nova contratação emergencial, válida por um mês, foi realizada no início de junho, através da modalidade carta-convite, tendo como vencedora a empresa Uba Postes. A prestadora de serviço ficará encarregada da função até o fim da segunda quinzena de julho.

Desde o último dia 13, as equipes da Uba Postes trabalham na substituição de lâmpadas e reparos estruturais em pontos de iluminação de diversas vias de bairros das regiões Oeste, Centro e Centro-Sul.

Segundo a Prefeitura, a melhoria do sistema de iluminação pública, além de garantir mais segurança aos moradores, contribuirá para que os pontos turísticos atraiam mais visitações durante o período noturno.

Fotos: Divulgação PMU

Material retirado pelo trabalho de melhoria da iluminação em Ubatuba

Aprovada em Cachoeira, proposta torna prédio da Santa Casa monumento histórico

Jéssica Dias
Cachoeira Paulista

Buscando respaldar a cidade com o próximo leilão do prédio da Santa Casa de Misericórdia São José de Cachoeira Paulista, a vereadora Maria da Graça Theodoro Diogo, a Dadá Diogo (PODE), encaminhou um projeto na última terça-feira onde declara o prédio monumento histórico. O espaço é alvo de polêmica que envolve a crise enfrentada pelo hospital, sob intervenção desde 1997.

Aprovado por unanimidade, a proposta tem como objetivo evitar que o futuro proprietário possa alterar ou demolir a estrutura do prédio. De acordo com o projeto de Dadá, agora, por ser considerado monumento histórico do município, o prédio não poderá ter outra destinação a não ser o de serviços hospitalares e de saúde. "Se alguém arrematar o prédio no leilão, ninguém poderá demolir a Santa Casa, ou construir um prédio no lugar, um loteamento, porque ele é um patrimônio histórico. Então nós vamos ficar com nossa Santa Casa", comemorou Dadá Diogo.

"...saliento que não se trata de um projeto de tombamento do prédio da Santa Casa por suas características arquitetônicas, pois a construção relativamente recente, mas sim tornar o prédio como um monumento histórico de Cachoeira Paulista, pois nesse tempo de funcionamento, foram lá que nasceram várias gerações de cachoeira... (trecho retirado do projeto)".

Segundo a secretária de Negócios Jurídicos, Gisely Fernandes, a proposta da vereadora não interfere no próximo leilão, já que apenas um tombamento histórico impediria que o futuro comprador mexa no local. "Não vai ser esse projeto que vai impedir o leilão. Nós estamos aguardando a decisão do juiz. Já temos uma ação ajuizada, e essa sim é que vai vir dar bons resultados nessa questão do leilão. Eu acredito que no mais tardar na próxima semana, o juiz já tenha se manifestado sobre a liminar que foi requerido pelo município", explicou.

Leilão – Considerada pela Justiça a principal alternativa para o pagamento das dívidas trabalhistas de cerca de duzentos ex-funcionários da Santa Casa, o primeiro leilão do prédio, com uma área de pouco mais de 9 mil m², em abril, não recebeu nenhum lance. A meta inicial de arrecadação do pregão representava quase a metade do déficit do hospital, que supera R$ 11 milhões.

Cruzeiro

CAPITAL DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

1932

87º ANIVERSÁRIO

PROGRAMAÇÃO

07/07
a partir das 9h

- Troca do Manto da Santa
Local: Belvedere "A Santa" (divisa Cruzeiro/Passa Quatro)
- Cerimônia Cívica Túnel da Mantiqueira
Local: Túnel da Mantiqueira

08/07
às 9h

- Cerimônia Cívica Mausoléu dos Ex-Combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932
Local: Cemitério Santa Cruz (cemitério velho)

09/07
a partir das 8h30min

- Hasteamento das bandeiras
- Desfile Cívico
Local: Avenida Major Novaes (concentração do desfile na Praça Dr. Antero Neves Arantes e palanque oficial em frente à escola Arnolfo Azevedo)

Projeto em Pinda leva yoga ao ar livre para todas as idades

"Caminhos do Yoga" é atração gratuita do Parque da Cidade; evento organizado por professores arrecada alimentos para famílias carentes

Rafaela Lourenço
Pindamonhangaba

Os moradores de Pindamonhangaba e região terão uma diversificada opção de lazer e saúde neste domingo. Um dia inteiro de práticas gratuitas de yoga no Parque da Cidade, com o "Caminhos do Yoga". O projeto, criado por voluntários, busca levar a prática para pessoas de todas as idades, e ainda conseguir apoio para ajudar famílias carentes da cidade.

Em comemoração ao Dia Internacional da Yoga (21 de junho), o movimento "Lótus – Yoga ao Ar Livre", que conta com o apoio do Fundo Social de Solidariedade de Pindamonhangaba, realizará neste domingo a primeira edição do Caminhos do Yoga. A programação contará com atividades para todas as idades como bate-papos, vivências, roda de mantras e a prática de yoga das 8h às 19h, com diferentes professores.

De acordo com uma das organizadoras do movimento, Thalita Silva, as atividades têm objetivo de disseminar a cultura e filosofia milenar da yoga, com a prática ao ar livre, em ação que teve início em março com encontros realizados sempre no último domingo de cada mês. Já em junho, por comemorar o dia internacional desta prática, foram realizados encontros nos quatro domingo do mês, com a conclusão nesta semana. Todos os envolvidos são de Pinda. "Descobrimos 19 professores na cidade. É uma possibilidade das pessoas conhecerem também diversas práticas, pois cada professor tem um estilo, diferentes abordagens, cada um com a sua formação e características", contou Thalita.

A organizadora do evento lembrou ainda que com os encontros nos últimos domingos, muitas pessoas praticaram yoga pela primeira vez, exatamente o público alvo do projeto. "Yoga é para todos, mas nem todos conhecem a modalidade, seja por receio de ir a um estúdio ou por um preconceito em achar que são apenas alongamentos e que só pessoas flexíveis podem fazer yoga, mas não".

A expectativa do Movimento Lótus é atingir o maior número de pessoas ao ar livre neste domingo, entre crianças, adolescentes e adultos. já que, de acordo com a própria professora Thalita, não é necessária experiência prévia, condição física ou emocional para a prática.

Na região, cidades como Taubaté, São José dos Campos e Guaratinguetá também realizam atividades semelhantes com a yoga ao ar livre. Em Lorena, a Prefeitura abria espaço público para a atividade, na antiga Estação Ferroviária.

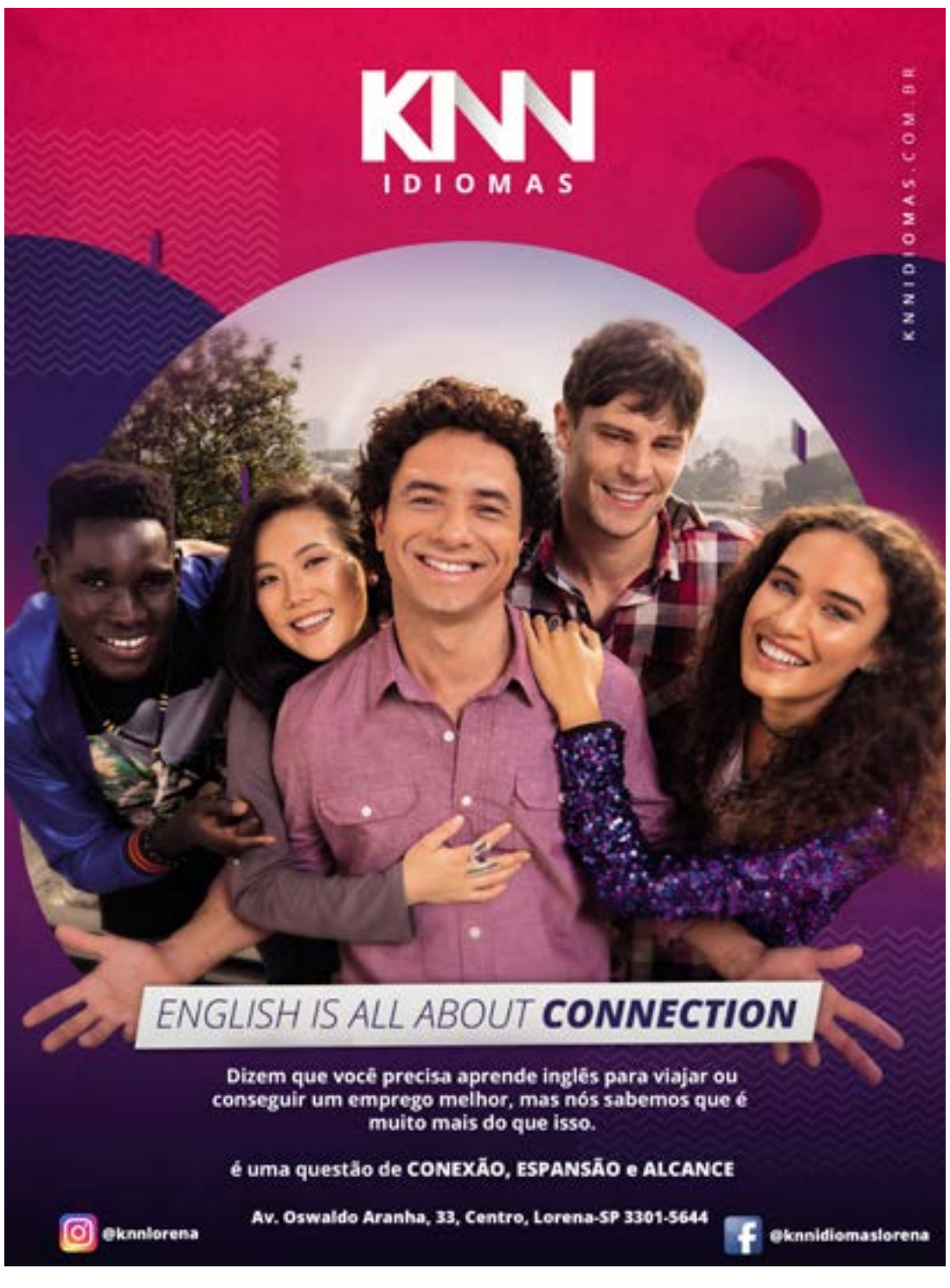
Para participar do "Caminhos do Yoga" bastar levar um quilo de alimento não perecível ao Parque da Cidade. As arrecadações serão doadas para famílias carentes do município.

Fotos: Divulgação PMU

A professora Thalita Silva que conduz alunos iniciantes na yoga

Programação do Caminhos do Yoga

Das 8h às 9h – Pranayama com a professora Valéria
Das 8h às 9h – Yoga Gestante e Sênior com a professora Maria Celeste
Das 8h às 10h – Power Vinyasa com o professor Daniel
Das 9h30 às 10h30 – Yoga em Duplas com a professora Carol
Das 9h30 às 11h – Yoga com Mudras, com a professora Débora
Das 10h15 às 11h – Meditação Ativa (Heart chakra) com a professora Thalita
Das 11h15 às 12h15 – Meditação com a professora Sonia
Das 11h15 às 12h15 – Surya Namaskar com a professora Erika
Das 11h15 às 12h45 – Introdução ao Yoga com a professora Karina
Das 13h às 13h45 – Yoganic
Das 14h às 15h – Introdução a Ayurveda com a professora Elisa
Das 14h30 às 16h – Yoga para crianças com a professora Thalita
Das 15h às 16h – Yoga Integrada com a professora Karina
Das 15h15 às 16h45 – Quirologia Védica
Das 16h10 às 17h10 – Yoga Nidra com a professora Valéria
Das 16h15 às 17h15 – Bases de Yengar com a professora Ana Paula
Das 17h30 às 18h30 – Roda de Mantras
Das 18h15 às 19h – Meditação 108 mantras OM (traga a sua vela)



Peça de Caio de Andrade sobre a vida no Rio estreia no Teatrim

Da Redação
Lorena

O final de semana em Lorena conta com mais uma opção de entretenimento, com a estreia da peça "Tripartida", no Teatrim Cultura e Arte. O espetáculo tem direção de Caio de Andrade e traz contos de João do Rio, Machado de Assis e Lima Barreto sobre a vivência na cidade do Rio de Janeiro.

Os textos serão representados pelo ator Isac Satim, que interpreta um vendedor de livros. A peça terá ainda a participação do músico Lucas Siqueira.

As apresentações serão iniciadas neste sábado, às 20h, e seguem no domingo, às 18h. Os ingressos podem ser adquiridos na bilheteria do teatro até uma horas antes da exibição. O Teatrim fica à rua Paulino Chagas, nº 44 (ao lado do Mercado Municipal), no Centro.

Cruzeiro cadastra alunos atendidos pelo Esporte

Da Redação
Cruzeiro

O Departamento de Esportes de Cruzeiro lançou um projeto de benefícios para alunos atletas das escolas esportivas municipais. Serão implantadas carteirinhas para identificar e acompanhar a frequência dos alunos/atletas do Departamento de Esportes.

Ao todo, são 12 parceiros da ação realizada por meio do Fadenp (Fundo de Apoio ao Desportivo Não Profissional).

Os interessados devem comparecer no Clube Municipal do Trabalhador, localizado à rua Joaquim do Prado, nº 158. O espaço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h.

Atualmente, o Departamento de Esportes atende cerca de três mil pessoas, oferecendo mais de 22 atividades físicas e desportivas gratuitas para todas as faixas etárias.

Editais Proclamas - Pindamonhangaba

Maria Auxiliadora da Silva Marcondes
Oficial de Registro Interina
Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede Comarca de Pindamonhangaba SP
Rua Marechal Deodoro da Fonseca nº 50 - CEP.: 12401-000
Tel.: (X12) 3642-4185

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro:
FABIO ADAIR ALVES, natural de Pindamonhangaba SP, divorciado, nascido a 27 de março de1986, profissão vigilante, residente Travessa Bandeirantes nº 33,Feital, Moreira César, Pindamonhangaba SP, filho de ANTONIO ALVES e de IVETE BARBOSAALVES.
BRUNA APARECIDA DO PRADO ROSA, natural de Pindamonhangaba SP, solteiro, nascido a 23 de julho de 1998, profissão do lar, residente Rua Redenção da Serra nº 20, Cidade Nova, Pindamonhangaba SP, filha de CELIO ROSA e de LUCIANA DO PRADO ROSA. Apresentaram os documentos I, III, IV e V do Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 24 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
FABIANO PEDRO VIEIRA FERREIRA, de nacionalidade brasileira, profissão engenheiro, estado civil divorciado, de 38 anos de idade, nascido em Itabira-MG, no dia 28 de fevereiro de 1981, residente e domiciliado Rua das Quaresmeiras nº 1030, bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Pindamonhangaba SP, filho de CASSIO GERALDO MACEDO FERREIRA e VANIA REGINA VIEIRA FERREIRA.
WILLIANE RODRIGUES DE MELO, de nacionalidade brasileira, profissão enfermeira, estado civil solteira, de 32 anos de idade, nascida em Garanhuns-PE, no dia 13 de abril de 1987, residente e domiciliada Rua das Quaresmeiras nº 1030, bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Pindamonhangaba SP, filha de JORGE RODRIGUES DE MELO e VALDENITE CORDEIRO DE MELO. Apresentaram os documentos I, III, IV e V, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 24 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
POLLIANA ROCHA CAVALLARO, de nacionalidade brasileira, profissão funcionária pública, estado civil solteira, de 41 anos de idade, nascida em Ribeirão Preto-SP, no dia 01 de maio de 1978, residente e domiciliada à Rua São Vicente de Paula, nº 237, Santana, Pindamonhangaba-SP, filha de JOSÉ TADEU FAILA CAVALLARO e ROSA MARIA ROCHA CAVALLARO.
VERÔNICA SUELLEN RIBEIRO CUBA GUTIERRES, de nacionalidade brasileira, profissão cuidadora, estado civil solteira, de 27 anos de idade, nascida em Pindamonhangaba-SP, no dia 17 de julho de 1991, residente e domiciliada à Avenida Fontes Junior, nº 1289, Maria Áurea, Pindamonhangaba-SP, filha de JOSÉ CARLOS GUTIERRES e BEATRIZ RIBEIRO CUBA. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 24 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
JOÃO GABRIEL ARNEIRO GUIMARÃES RODRIGUES, de nacionalidade brasileira, profissão policial militar, estado civil divorciado, de 38 anos de idade, nascido em Lorena-SP, no dia 27 de janeiro de 1981, residente e domiciliado à Rua Therezinha Morgado Ferreira, nº 82, Vila Verde, Pindamonhangaba-SP, filho de JOÃO BOSCO GUIMARÃES RODRIGUES e CHRISTIANI MARY ARNEIRO GUIMARÃES RODRIGUES.
AMANDA DA SILVA CONTE, de nacionalidade brasileira, profissão estudante, estado civil solteira, de 21 anos de idade, nascida em São Caetano do Sul-SP, no dia 27 de outubro de 1997, residente e domiciliada à Rua Therezinha Morgado Ferreira, nº 82, Vila Verde, Pindamonhangaba-SP, filha de ROBERTO CONTE e MIRIAM DA SILVA CONTE. Apresentaram os documentos I, III, IV e V, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 24 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
JOÃO DA SILVA SANTOS, de nacionalidade brasileira, profissão aposentado, estado civil divorciado, de 64 anos de idade, nascido em Serrinha-BA, no dia 30 de março de 1955, residente e domiciliado à Rua João Fabiano, nº 134, Alto do Tabaú, Pindamonhangaba-SP, filho de VALDOMIRO SANTIAGO DOS SANTOS e MARIA JUSTA DA SILVA SANTOS.
CATIA SILENE DE BRITO ANTONIO, de nacionalidade brasileira, profissão Técnica de enfermagem, estado civil divorciada, de 50 anos de idade, nascida em Barra do Piraí-RJ, no dia 02 de março de 1969, residente e domiciliada à Rua João Fabiano, nº 134, Alto do Tabaú, Pindamonhangaba-SP, filha de EFIGENIO MANOEL ANTONIO e DIVA DE BRITO ANTONIO. Apresentaram os documentos I, III, IV e V, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 24 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
BRUCE EMANUEL LURAN DONAIRE, de nacionalidade brasileira, profissão auxiliar de caldeiraria, estado civil solteiro, de 27 anos de idade, nascido em Guarulhos-SP, no dia 10 de janeiro de 1992, residente e domiciliado Avenida Antonio Fernandes nº 240, bloco 9a, aptº. 202, Bem Viver, Araretama, em Pindamonhangaba SP, filho de MARIA CÉLIA DONAIRE.
NICKOLLE EVELLYN SALGADO ANDRADE, de nacionalidade brasileira, profissão copeira, estado civil solteira, de 28 anos de idade, nascida em Pindamonhangaba-SP, no dia 23 de janeiro de 1991, residente e domiciliada Rua Frei Paulino Schmitz nº 14, Mombaça, em Pindamonhangaba SP, filha de ANGELINO MARTINS DE ANDRADE JÚNIOR e GILDA ANALIA SALGADO ANDRADE. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 25 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
JACKSON SANTOS DUARTE, de nacionalidade brasileira, profissão Ajudante geral, estado civil solteiro, de 47 anos de idade, nascido em Rio de Janeiro-RJ, no dia 06 de agosto de 1971, residente e domiciliado à Rua Estrada Municipal Alcides Soares de Oliveira, nº 1451, Beta, Pindamonhangaba-SP, filho de GUANAYR DUARTE e ANITA SANTOS DUARTE.
MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO, de nacionalidade brasileira, profissão aposentada, estado civil solteira, de 63 anos de idade, nascida em Santa Rita-PB, no dia 13 de dezembro de 1955, residente e domiciliada à Rua Estrada Municipal Alcides Soares de Oliveira, nº 1451, Beta, Pindamonhangaba-SP, filha de MANOEL ANTONIO DO NASCIMENTO e IZAURA MARIA BERNARDO. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 25 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
EDERSON RICARDO DE OLIVEIRA FERREIRA, de nacionalidade brasileira, profissão cozinheiro, estado civil solteiro, de 31 anos de idade, nascido em Pindamonhangaba-SP, no dia 02 de outubro de 1987, residente e domiciliado Rua Marechal Floriano nº 185, Jardim Rosely, em Pindamonhangaba SP, filho de MESSIAS FERREIRA e SIDILENE DE OLIVEIRA MOURÃO FERREIRA.
GILZELENE MARIA DE PAULA, de nacionalidade brasileira, profissão administradora de empresa, estado civil solteira, de 31 anos de idade, nascida em Mogi das Cruzes-SP, no dia 22 de abril de 1988, residente e domiciliada Rua Dr. Monteiro de Godoy nº 199, Bosque da Princesa, em Pindamonhangaba SP, filha de FRANCISCO DE PAULA NETO e ROSEMEIRE APARECIDA MARIA DE PAULA. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 25 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
JOSÉ DIMAS NOBREGA MARTINS, de nacionalidade brasileira, profissão funcionário público estadual aposentado, estado civil divorciado, de 63 anos de idade, nascido em Taubaté-SP, no dia 22 de junho de 1956, residente e domiciliado à Rua Nassif Salomão Kobbaz, nº 71, Santana, Pindamonhangaba-SP, filho de FRANCISCO GOMES MARTINS e MARIA DE LURDES NOBREGA MARTINS.
APARECIDA GISLENE INÁCIO DE MORAIS, de nacionalidade brasileira, profissão nutricionista, estado civil solteira, de 53 anos de idade, nascida em São Paulo-SP, no dia 08 de novembro de 1965, residente e domiciliada à Rua Nassif Salomão Kobbaz, nº 71, Santana, Pindamonhangaba-SP, filha de HEITOR INÁCIO DE MORAIS e MARIA JOSÉ DE JESUS. Apresentaram os documentos I, III, IV e V, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 25 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
ROGÉRIO DE JESUS SANTOS, de nacionalidade brasileira, profissão promotor de vendas, estado civil solteiro, de 31 anos de idade, nascido em Itabuna-BA, no dia 31 de outubro de 1987, residente e domiciliado Rua Alvaro Pinto Madureira nº 702, Chácara da Galega, em Pindamonhangaba SP, filho de ADAILTON DE SOUZA SANTOS e ROSÂNGELA MARIA DE JESUS.
TAÍS FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, profissão contadora, estado civil solteira, de 27 anos de idade, nascida em Pindamonhangaba-SP, no dia 19 de setembro de 1991, residente e domiciliada Rua Alvaro Pinto Madureira nº 702, Chácara da Galega, em Pindamonhangaba SP, filha de ANDRÉ MAURICIO BAPTISTA DE OLIVEIRA e SHEILA ALVES DE OLIVEIRA. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 26 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
WELLINGTON HENRIQUE DOS SANTOS ALBANO, de nacionalidade brasileira, profissão agricultor, estado civil solteiro, de 25 anos de idade, nascido em Tremembé-SP, no dia 20 de abril de 1994, residente e domiciliado à Avenida Doutor Luiz Gustavo Raposo Ramos Mello, 340, Bl. 4A, apto. 301, Bem Viver, Araretama, Pindamonhangaba-SP, filho de LUCIANO HENRIQUE ALBANO e RENATA DOS SANTOS.
BIANCA DA ROCHA CARLOS DA SILVA, de nacionalidade brasileira, profissão do lar, estado civil solteira, de 23 anos de idade, nascida em Guarulhos-SP, no dia 25 de junho de 1996, residente e domiciliada à Avenida Doutor Luiz Gustavo Raposo Ramos Mello, 340, Bl. 4A, apto. 301, Bem Viver, Araretama, Pindamonhangaba-SP, filha de SEVERINO FRANCISCO DA ROCHA e SOLANGE CARLOS DA SILVA. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 26 de junho de 2019.

Casa do escapamento
Qualidade com preço justo
Alinhamento Lanternagem
Balanceamento Envelopamento
Suspensão - freios Som automotivo
F:(12) 3527-0298 3642-4471
A 1ª OFICINA ESPECIALIZADA EM ESCAPAMENTO!
Recuperamos escapamento a partir de R$ 30,00
GANHE $$$ Ponteira cromada na compra do escapamento
Oferecemos o melhor preço da região
parcelamos no cartão
Garantia 18 meses
Centro - Pinda (embaixo do viaduto)

Conheça os principais riscos do uso de redes clandestinas

Problemas ambientais e econômicos estão na lista de consequências

Da Redação
Guaratinguetá

Ligações clandestinas de água da chuva danificam rede de esgoto e aumentam os riscos de contaminações

Para que o serviço de esgotamento sanitário funcione de forma eficaz é necessário que não apenas a empresa responsável pelo seu fornecimento cumpra seu papel, mas que toda população conheça sua participação nesse processo. Sempre que uma das partes falha em suas responsabilidades haverá prejuízos sociais, ambientais e econômicos. O Jornal Atos verificou que um dos problemas que danifica o sistema sanitário são as redes cruzadas.

Rede cruzada é sinônimo de ligação clandestina de água da chuva e também de transtornos. Ela ocorre quando essa água é ligada diretamente à rede de esgoto, ou seja, não é separada por ralos e calhas, o que seria o procedimento adequado. A questão é que a rede de esgoto foi projetada para receber efluentes apenas de pias, vasos sanitários, chuveiros e tanques de lavagem de roupa e, portanto, um volume muito menor do que o recebido quando a água pluvial é interligada a essa rede. É exatamente por esse excesso que os problemas aparecem.

Quando há sobrecarga de água na rede de esgoto, algo muito comum principalmente no período de chuvas, ocorre o transbordamento nos postos de visitas (PVs) que, de modo geral localizam-se nas calçadas. Em função disso, haverá mau cheiro imediato, contaminação do curso de água, entre outros transtornos. "Outro problema gravíssimo é o retorno do esgoto para dentro da própria residência onde a rede cruzada foi instalada, assim como das residências vizinhas", explica o coordenador da Guaratinguetá Saneamento, Felipe Parente. Juntamente com o esgoto, vem o risco de doenças, mau cheiro, sujeira.

Além dos problemas mencionados, existem as consequências ambientais e econômicas da ilegalidade da rede cruzada. Na esfera ambiental, a água da chuva deve percorrer um destino diferente da rede de esgoto. Os resíduos de esgoto vão para uma estação de tratamento, enquanto a água de chuva deve reabastecer córregos, rios e águas subterrâneas. Na esfera econômica, há aumento de gastos com limpeza e reparos de tubulações, assim como na própria Estação de Tratamento de Esgoto que, por excesso de resíduos e de volume de água, pode ser danificada.

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 51/2019 PROC. Nº 251/2019
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Aquisição ares condicionados, refrigeradores e fogão para as Unidades de Saúde e CER III, conforme descrição, quantitativos e demais condições definidas no Termo de Referência – Anexo I que integrou o Edital.
CONTRATADA: RF TEIXEIRA EIRELI ME
CNPJ: 04.495.580/0001-96
VENCEDORA DOS ITENS: 01, 02
VALOR TOTAL: R$ 73.761,00 (setenta e três mil setecentos sessenta e um reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 26/06/2019

PREFEITURA DE LORENA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito RECONHECE E RATIFICA com base no artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a DISPENSA DE LICITAÇÃO referente ao Processo nº 340/19-SUP; 5675/19-GPRO, com fundamento no Art. 24, inciso II da lei supracitada, cujo objeto consiste na aquisição de telhas romanas para manutenção de unidades escolares, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, para contratação da seguinte empresa:
RODRIGO DE AQUINO ALMEIDA ME
CNPJ Nº: 00.220.403/0001-46

PREFEITURA DE LORENA
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO:
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 53/2019 – PROC. 274/2019
O Município de Lorena-SP torna público que, considerando os trabalhos realizados para o atendimento ao Pregão acima referido, cujo objeto é a Aquisição de ventiladores de parede para uso nas Unidades da Rede Municipal de Ensino, definidas no Termo Referência o Sr. Prefeito Municipal HOMOLOGA a ADJUDICAÇÃO dos procedimentos adotados e do objeto a empresa:
EMPRESA: INTERA COMERCIAL LTDA ME CNPJ: 21.943.845/0001-90
Vencedora dos itens: 01, 02
VALOR TOTAL: R$ 51.040,00 (cinquenta e um mil e quarenta reais)

PREFEITURA DE LORENA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
O Prefeito RECONHECE E RATIFICA com base no artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a DISPENSA DE LICITAÇÃO referente ao Processo nº 341/19-SUP; 5342/19-GPRO,com fundamento no Art. 24, inciso II da lei supracitada, cujo objeto consiste na aquisição de persianas para o Centro de Referência Especializado Assistência Social – CREAS, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimentos Social, para contratação da seguinte empresa:
R. C. ROSA DECORAÇÕES ME
CNPJ Nº: 07.312.446/0001-09

GL GOMES LEITEIRO
Leilões Judiciais e Extrajudiciais
Phone: +55 11 2408-7433 / 2087-3515
www.glleiloes.com.br
Rua Armando Arruda Pereira, nº 253 - sala 22 - Jd. Zaira - Guarulhos-SP - CEP 07095-100

LEILÃO DE IMÓVEL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA "ON LINE"
MAURICIO GOMES LEITEIRO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n°665, com escritório à Rua Armando Arruda Pereira, nº 253 – Sala 22, Centro, Guarulhos, SP, devidamente autorizado pelos Credores Fiduciários, FOUR FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA, com sede na Rua Josephina Mandotti, 344, 6º andar, Jardim Maia, Guarulhos/SP, 07.115-080, inscrita no CNPJ/MF 01.951.865/0001-04 e DINARI FOMENTO MERCANTIL LTDA, com sede na Rua Joseph Zarzour, 93 - Cj 1.409 - Vila Moreira, Guarulhos - SP, 07020-081, inscrita no CNPJ nº 08.508.119/0001-81, nos termos da Escritura de Limite Operacional de Fomento Mercantil com Cláusula de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, outorgada em 19/02/2013 no 3º Tabelião de Notas de Guarulhos, Livro nº 982 - Fls. 39/48, no qual figura como Fiduciantes: EMANUEL FAUSTO CALTABIANO DE BARROS, brasileiro, empresário, RG nº 2.052.613 SSP/SP, CPF/MF nº 609.197.958-20 e sua mulher, Sra. ALVARINA RIBEIRO DE BARROS, brasileira, aposentada, RG nº 7.310.596-x SSP/SP, CPF/MF nº 071.204.728-01, residentes e domiciliados na Av Pedro de Toledo, nº 300 - Vila Paraíba - Guaratinguetá - SP (Cep: 12515-690); e Devedora: METALLINCE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com sede na Rua Benedito Moreira de Barros, 199, Eng Neiva, Guaratinguetá - SP (Cep: 12521-180), inscrita no CNPJ/MF 59.247.460/0001-61, leva pelo presente EDITAL a PÚBLICO LEILÃO de venda e arrematação o bem imóvel infra descrito, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, com 1ª Praça no dia 04 de Julho de 2019 às 10:00 horas (AM), e com término no mesmo dia às 10:05 horas (AM), entregando-o a quem mais der valor igual ou superior a R$ R$ 2.893.903,37 (Dois Milhões, Oitocentos e Noventa e Três Mil, Novecentos e Três Reais e Trinta e Sete Centavos), compondo aludido valor o constante na Escritura de Limite Operacional de Fomento Mercantil com Cláusula de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, devidamente atualizado, incluso as demais despesas do devedor Fiduciário, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 25 de Julho de 2019 às 10:00 horas (AM), e com término no mesmo dia às 10:05 horas (AM), caso não haja licitantes na 1ª praça, ocasião em que o bem imóvel será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a R$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), consignando ser este o valor máximo (garantia) constante da escritura em epígrafe, mesmo sendo em desfavor do Credor Fiduciário, cujo crédito atualizado corresponde a (R$ 1.050.000,00) acrescido das despesas (R$ 20.000,00) pagas pelo COMITENTE, conforme preconiza o parágrafo 2º do artigo 27 da Lei nº 9.514/97, estando a propriedade consolidada em nome de dito credor Fiduciário, constituído por um IMÓVEL RURAL denominado Fazenda Canta Galo, área 02, localizado no Bairro da Jararaca, neste município e comarca de Guaratinguetá-SP, com uma área de 229.544,00 metros quadrados ou 9,4852 alqueires, inicia-se a descrição no ponto 126 de coordenadas UTM X=489300,5856 e Y=7474955,3670, distante da Rodovia Presidente Dutra no km 60+460m, no sentido São Paulo-Rio de Janeiro, 9397,80m pela estrada municipal que liga o Bairro da Jararaca mais 643,78m pelo caminho de acesso e distante do ponto B, localizado no Corrego Santa Rita, 5731,40m pela estrada municipal que liga o Bairro da Jararaca mais 643,78m pelo caminho de acesso. O ponto A encontra-se em coordenadas UTM X=482570,2607 Y=7478.457,0052 e o ponto B com coordenadas UTM X=485001,4383 e Y=7477,167,1210. Do ponto 126 confronta com a Fazenda São José VIII (Transcrição nº 39538, livro 3-BO), propriedade de Maria Eugênia Nunes Villela Batista e Silva e outros, até o ponto 128 com as coordenadas, distancias e azimutes: P-126 X = 489300.5856 Y = 7474955.3670 P-126, 107,1887m, 224d57'00" P-127 X = 489224.8580 Y = 7474879.5070 P-127 a P-128, 48,7628m, 222d46'31" P-126 X = 489191.7420 Y = 7474843.7140 P-128 a P-129, 98,0080m, 222d55'17". Do ponto 128 deflete a esquerda e passa a confrontar com a área denominada 1, propriedade de Emanuel Fausto Caltabiano de Barros até o ponto 124 com a coordenadas, distancias e azimutes: A-1 X = 489207.3830 Y = 7474830.9050 A-1 a A-2, 4,4524m, 309d18'55", A-2 X = 489208.7230 Y = 7474826.6590 A-2 a A-3, 6,6103m, 342d29'05", A-3 X = 489211.5230 Y = 7474820.6710 A-3 a A-4, 10,6659m, 334d56'21, A-4 X= 489213.4520 Y = 7474810.1810 A-4 a A-5, 28,7665m, 349d34'49", A-5 X= 489209.1700 Y = 7474781.7350 A-5 a A-6, 19,6842m, 8d33'38, A-6 X = 489207.3950 Y = 7474762.13100 A-6 a A-7, 22,7810m, 5d10'25", A-7 X = 489207.9190 Y = 7474739.3560 A-7 a A-8, 42,9505m, 358d40'55", A-8 X= 489211.3410 Y = 7474696.5420 A-8 a A-9, 32,1438m, 355d25'49", A-9 X = 489219.7660 Y = 7474665.5220 A-9 a A-10, 12,3397m, 344d48'18", A-10 X = 489225.8950 Y = 7474654.8120 A-10 a A-11, 3,7282m, 244d06'31", A-11 X = 489222.5410 Y = 7474653.1840 A-11 a A-12, 18,5812m, 162d08'32", A-12 X = 489228.2390 Y = 7474635.4980 A-12 a A-13, 21,6830m, A-13 X = 489241.7750 Y = 7474618.5590 A-13 a A-14, 15,2054m, 321d22'18", A-14 X = 489249.1140 Y = 7474605.2420 A-14 a A-15, 27,6175m, 331d08'27", A-15 X = 489263.1530 Y = 7474581,4590 A-15 a A-16, 73,6563m, 223d12'37", A-16 X = 489212,7220 Y = 7474527.7750 A-16 a A-17, 113,6977m, 191d12'50", A-17 X = 489190,6110 Y = 7474416.2480 A-17 a A-18, 165,4306m, 162d59'51", A-18 X = 489238,9850 Y = 7474258.0480 A-18 a A-19, 43,9683m, 342d59'51, A-19 X = 489270.8650 Y = 7474227.7680 A-19 a A-20, 47,7646m, 313d31'32", A-20 X = 489315.9850 Y = 7474212.0950 A-20 a A-21, 22,9517m,166d15'03", A-21 X = 489321.4400 Y = 7474189.8010 A-21 a A-22, 41,2281m, 346d15'03", A-22 X = 489338.1500 Y = 7474152.1110 A-22 a A-23, 32,3047m, 84d50'39", A-23 X = 489370.3240 Y = 7474155.0140 A-23 a A-24, 64,9015m, 48d42'09", A-24 X = 489419.0840 Y = 7474197.8470 A-24 a A-25, 44,7120m, 228d42'09", A-25 X = 489403.6100 Y 7474239.7960 A-25 a A-26, 54,1061m, 6d36'51", A-26 X = 489409.8420 Y = 7474293.5420 A-26 a A-27, 64,1811m, 348d54'43", A-27 X = 489397.4990 Y = 7474356,5250 A-27 a A-28, 15,7772m, 356d53'37", A-28 X = 489396.6440 Y = 7474372.2790 A-28 a A-29, 26,3877m, 30d29'35", A-29 X= 489410.0340 Y = 7474395.0170 A-29 a A-30, 50,1842m, 35d09'00", A-30 X = 489438.9260 Y = 7474436.0500 A-30 a A-31, 19,3022m, 27d43'55", A-31 X = 489447.9080 Y = 7474453.1350 A-31 a A-32, 57,8960m, 207d43'55", A-32 X = 489438.9070 Y = 7474510.3270 A-32 a A-33, 68,3827m, 31d07'04", A-33 X = 489474.2470 Y = 7474568.8700 A-33 a A-34, 61,7735m, 56d11'56", A-34 X = 489525.4491 Y = 7474603.4287 A-34 a A-35, 24,4133m, 150d55'59", A-35 X = 489543.1694 Y = 7474586.6359 A-35 a A-36, 42,1835m, 164d27'49", A-36 X = 489557.3486 Y = 7474546.9068 A-36 a A-37, 31,7083m, 338d40'59", A-37 X = 489582.4600 Y = 7474527.5461 A-37 a AA-37, 16,7312m, 318d03'13", AA-37 X = 489587.7597 Y = 7474511.6764 AA-37 a A-38, 26,7691m, 341d32'0", A-38 X = 489591.7167 Y = 7474485.2014 A-38 a AA-38, 19,194m, 353d28'17", A-38 X = 489597.3791 Y = 7474466.8616 AA-38 a A-39, 23,6057m, 3242d50'31", A-39 X = 489600.9913 Y = 7474443.5339 A-39 a A-40, 155,2178m, 78d43'41", A-40 X = 489753.2150 Y = 7474473.8740 A-40 a A-41, 89,0604m, 258d43'41", A-41 X = 489686.8060 Y 7474533.2170 A-41 a A-42, 22,6892m, 304d45'24", A-42 X = 489668.1650 Y = 7474546.1520 A-42 a A-43, 18,0492m, 304d11'02", A-43 X = 489653.2340 Y = 7474556.2930 A-43 a A-44, 55,8310m, 311d28'47", A-44 X = 489611.4060 Y = 7474593.2730 A-44 a A-45, 33,5936m, 323d39'04", A-45 X = 489591.4950 Y = 7474620.3300 A-45 a A-46, 15,7083m, 336d41'51", A-46 X = 489585.2810 Y = 7474634.7570 A-46 a A-47, 9,9440m, 156d41'51", A-47 X = 489576.0880 Y = 7474638.5480 A-47 a A-48, 25,1872m, 316d39'54", A-48 X = 489558.8030 Y = 7474656.8680 A-48 a A-49, 35,5409m, 136d39'54", A-49 X = 489524.9120 Y = 7474667.5710 A-49 a A-50, 54,7860m, 107d31'35", A-50 X = 489514.6170 Y = 7474721.3810 A-50 a A-51, 13,4554m, 169d10'08", A-51 X = 489505.1940 Y = 7474730.9860 A-51 a A-52, 28,5312m, 333d57'21", A-52 X = 489492.6670 Y = 7474756.6200 A-52 a A-53, 8,9229m, 313d45'54", A-53 X = 489486.2230 Y = 7474762.7920 A-53 a A-54, 48,4524m, 16d23'46", A-54 X = 489499.9000 Y = 7474809.2740 A-54 a A-55, 38,1247m, 196d23'46", A-55 X = 489487.8160 Y = 7474845.4330 A-55 a A-56, 76,7909m, 6d29'44", A-56 X = 489496.5030 Y 7474921.7310 A-56 a A-57, 57,6218m, 355d15'06", A-57 X = 489491.7330 Y = 7474979.1550 A-57 a P-124, 148,2526m, 175d15'06", P-124 X = 489346.5020 Y 7475008.9340. Do ponto 124 deflete a esquerdo e passa a confrontar com Agenor Alves da Silva (Matrícula nº 7.929) até o ponto 126 com as coordenadas, distancias e azimutes: P-124 X = 489346.5020 Y = 7475008.9340 P-124 a P-125, 66,5452m, 220d36'09", P-125 X = 489303.1940 Y = 7474958.4100 P-125 a P-126, 4,0079m, 220d36'09", P-126 X = 489300.5856 Y = 7474955.3670 P-126 a P-127, 107,1887m, 224d57'00", onde deu-se o início e término a esta descrição. CADASTRO (INCRA): Código: 6350650017326. Área Total (ha): 124.7000. Módulo Rural do Imóvel (ha): 27,6391. Números de Módulos Rurais: 4,49. Módulo Fiscal do Município (ha):24,0000. Números de Módulos Fiscais: 5,19. FMP: 2,0000 ha. Imóvel matriculado sob nº 36.068 perante o Oficial de Registro de Imóveis de Guaratinguetá. Observação I: Imóvel com passivo de ITR, água e luz. Observação II: Imóvel ocupado por terceiros. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO E ARREMATAÇÃO 1. Poderá participar do leilão que se realizará somente na modalidade "on line", através do sítio www.glleiloes.com.br, qualquer pessoa física/natural ou jurídica que não esteja impedida por Lei ou em condição de inadimplência com a Credora ou com o Leiloeiro Oficial, encaminhando via "website" do leiloeiro os documentos nele solicitados. 2. Não poderão participar de leilão: 2.1 Menor de idade; 2.2 Pessoas que estejam em condição de inadimplência em processo de leilão público oficial, judicial ou extrajudicial, mediante declaração de inadimplência do leiloeiro oficial; 2.3 O leiloeiro oficial e seus prepostos; 2.4 Funcionários da empresa Devedora, sejam registrados no regime CLT e/ou prestadores de serviços; 3. Os lances serão apresentados um a um, de forma "on line" pela internet, mediante cadastramento prévio e sujeitos a livre aceitação por parte do leiloeiro oficial. Ficam os arrematantes cientes desde já que o recebimento de lances via internet somente serão válidos após o interessado estar devidamente habilitado a lançar, após o envio de toda a documentação obrigatória para a liberação de lances. 4. O bem imóvel aqui anunciado é de propriedade consolidada do Credor Fiduciário, tudo em conformidade nos termos do artigo 26, parágrafo sétimo da Lei 9.514/97, e será vendido pelo intermédio do Leiloeiro Público Oficial do Estado de São Paulo, em público leilão de acordo com o artigo 27, parágrafos primeiro e segundo da Lei 9.514/97, sendo no primeiro público leilão a quem maior lance oferecer, conforme indicado na escritura (artigo 24, inciso VI e 27, parágrafo primeiro, primeira parte, ambos da Lei 9.514/97). 5. Se não houver lance igual ou superior ao valor de primeiro leilão, consoante estabelecido na escritura, será realizado o segundo e último público leilão, tendo como lance mínimo o do valor da dívida, acrescido das despesas legais, custas de leilão e de cobrança nos termos da Lei (artigo 27, parágrafos 2º e 3º da Lei 9.514/97). 6. Não serão recebidos e/ou aceitos Lances Condicionados, em ambas as praças da hasta pública, devendo o valor da arrematação se dar nos valores e condições de pagamento previstas neste Edital. DA COMISSÃO DO LEILOEIRO 6. Sobre o preço da arrematação incidirá, ao arrematante, o percentual de 5% (Cinco por cento), referente a comissão do leiloeiro, conforme decreto 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações induzidas pelo decreto nº 22.427/33. 6.1 O não pagamento da comissão do leiloeiro implica no cancelamento imediato da arrematação e no direito ao leiloeiro de cobrar sua comissão judicial ou extrajudicialmente. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 7. O valor da arrematação e a comissão do leiloeiro serão pagos à vista, no ato do leilão, através de cheques separados, ou transferências eletrônicas, de emissão do arrematante, no prazo máximo de 24 (Vinte e Quatro) horas após o encerramento do leilão, sob pena de incorrer o licitante/arrematante inadimplente em multa compensatória correspondente à 20% (Vinte por Cento) do valor da arrematação, devendo também, pagar a comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor de dita arrematação, devendo ser cobrado por via executiva, como dívida líquida e certa, nos termos dos artigos 784 e 786 do Código de Processo Civil, corrigida monetariamente até o efetivo pagamento, incorrendo, ainda, nas penalidades constante do artigo 335 do Código Penal. 7.1 Caso haja arrematante a escritura de venda e compra será outorgada em até 60 (Sessenta) dias úteis, após a quitação do preço do imóvel arrematado, consignando-se que as custas com escrituração, ITBI e Oficial de Registro de Imóveis ficarão às expensas do arrematante. 8. Não será permitida a utilização do FGTS e demais linhas de Financiamento Bancário para nenhuma das condições de pagamento. 9. No caso de sustados os cheques dados em pagamento ou se forem estes devolvidos por insuficiência de fundos, além de ficar desfeita a venda, pagará o arrematante 20% (Vinte por cento) sobre o valor final da arrematação, o que será cobrado por via executiva, como dívida líquida e certa, nos termos dos artigos 784 e 786 do Código de Processo Civil, corrigida monetariamente até o efetivo pagamento, incorrendo, ainda, nas penalidades constante do artigo 335 do Código Penal. 10. No caso de haver remissão nos processos extrajudiciais em que o imóvel está indo a praça, o leiloeiro fará jus ao recebimento de 5% (Cinco por cento) sobre o valor constante na segunda praça, a serem pagos pela remitente/fiduciante. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, devendo o licitante/arrematante verificá-los "in locu" e sob sua responsabilidade. Observação: Imóvel Ocupado, ficando às expensas do arrematante promover eventuais medidas judiciais necessárias para desocupação, às suas únicas expensas, não cabendo nenhuma responsabilidade ao Leiloeiro nem a credora Fiduciária, devendo a desocupação se dar por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Atenção: Existem débitos de ITR que não serão abatidos no valor da arrematação, ante a ausência de memória de cálculo do passivo pelo INCRA, existindo ainda,

Editais Proclamas - Pindamonhangaba

Maria Auxiliadora da Silva Marcondes
Oficial de Registro Interina
Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede Comarca de Pindamonhangaba SP
Rua Marechal Deodoro da Fonseca nº 50 - CEP.: 12401-000
Tel.: (X12) 3642-4185

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
JEFFERSON CARDOSO, de nacionalidade brasileira, profissão pedreiro, estado civil divorciado, de 55 anos de idade, nascido em Pindamonhangaba-SP, no dia 29 de abril de 1964, residente e domiciliado à Avenida Fortunato Moreira, nº 742, Santana, Pindamonhangaba-SP, filho de JOSÉ BENEDICTO CARDOSO e ABIGAIL BATISTA CARDOSO.
BENEDITA ALMEIDA, de nacionalidade brasileira, profissão do lar, estado civil divorciada, de 68 anos de idade, nascida em Pindamonhangaba-SP, no dia 20 de novembro de 1950, residente e domiciliada à Avenida Fortunato Moreira, nº 742, Santana, Pindamonhangaba-SP, filha de APARECIDA DE ALMEIDA. Apresentaram os documentos I, III, IV e V, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 26 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
WILLIAM RIBEIRO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, profissão gerente de projetos, estado civil solteiro, de 28 anos de idade, nascido em Pindamonhangaba-SP, no dia 06 de maio de 1991, residente e domiciliado à Rua Cônego João Antonio da Costa Bueno, nº 355, Santana, Pindamonhangaba-SP, filho de LUIZ RIBEIRO DA SILVA e IDAMAR PEREIRA GOMES DA SILVA.
ELLEN CAROLINE SANTOS, de nacionalidade brasileira, profissão analista de TI, estado civil solteira, de 26 anos de idade, nascida em Caçapava-SP, no dia 07 de outubro de 1992, residente e domiciliada à Rua Professor José Francisco Simões dos Santos, nº 649, Jardim Amália, Caçapava-SP, filha de JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS e MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA SANTOS. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 27 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
JOÃO LUCAS PEREIRA LOPES, de nacionalidade brasileira, profissão líder de expedição, estado civil solteiro, de 27 anos de idade, nascido em Pindamonhangaba-SP, no dia 05 de junho de 1992, residente e domiciliado Rua Professor Wilson Pires Cesar nº 127, Cidade Jardim, em Pindamonhangaba SP, filho de MILTON PEREIRA LOPES e ELISETE MARIA GAMA LOPES.
JÉSSICA LELIS NEVES, de nacionalidade brasileira, profissão bacharel em direito, estado civil solteira, de 27 anos de idade, nascida em Riacho de Santana-BA, no dia 14 de fevereiro de 1992, residente e domiciliada Rua Professor Wilson Pires Cesar nº 127, Cidade Jardim, em Pindamonhangaba SP, filha de EVERALDO NEVES DA CRUZ e ELENA NEVES LELIS CRUZ. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 27 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
HUGO LEONARDO ALMEIDA, de nacionalidade brasileira, profissão soldador, estado civil divorciado, de 43 anos de idade, nascido em São Paulo-SP, no dia 15 de agosto de 1975, residente e domiciliado Avenida Antonio Fernandes nº 81, bloco 5 b, aptº. 204, Bem Viver, Araretama, em Pindamonhangaba SP, filho de VERA LUCIA SILVA ALMEIDA.
ANA CAROLINA ALVES DE MORAES, de nacionalidade brasileira, profissão do lar, estado civil divorciada, de 35 anos de idade, nascida em São José dos Campos-SP, no dia 25 de outubro de 1983, residente e domiciliada Avenida Antonio Fernandes nº 81, bloco 5 b, aptº. 204, Bem Viver, Araretama, em Pindamonhangaba SP, filha de JOODENIR RODRIGUES LEITE DE MORAES e MARIA APARECIDA ALVES. Apresentaram os documentos I, III, IV e V, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 28 de junho de 2019.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, do Código Civil Brasileiro:
GLEISON DE ALVARENGA SANT'ANNA, de nacionalidade brasileira, profissão militar, estado civil solteiro, de 21 anos de idade, nascido em Pindamonhangaba-SP, no dia 23 de janeiro de 1998, residente e domiciliado à Rua Doutor Felisberto Pinto Monteiro, nº 68, Alto do Cardoso, Pindamonhangaba-SP, filho de MOISÉS SANT'ANNA e SOLANGE DE ALVARENGA SANT'ANNA.
MARCILÉIA DHINILIO SANTOS DE SOUSA, de nacionalidade brasileira, profissão do lar, estado civil solteira, de 19 anos de idade, nascida em Pindamonhangaba-SP, no dia 08 de dezembro de 1999, residente e domiciliada à Rua Ponciano Pereira, nº 535, Jardim Eloyna, Pindamonhangaba-SP, filha de GUTTEMBERG DHINILIO SANTOS DE SOUSA e MARILEIA PIRES DOS SANTOS DE SOUSA. Apresentaram os documentos I, III e IV, do Art. 1.525, do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Pindamonhangaba, 28 de junho de 2019

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019 PROC. Nº 298/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares para atender as necessidades das Unidades de Saúde, conforme descrição, quantitativos e demais condições definidas no Termo de Referência – Anexo I que integrou o Edital.
CONTRATADA: LUIZ GUSTAVO DE LIMA GOMES EPP CNPJ: 05.868.200/0001-84
VENCEDORA DOS ITENS: 10
VALOR TOTAL: R$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DATA DA ASSINATURA: 26/06/2019
CONTRATADA: CLAROMED – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALAR EIRELI CNPJ: 21.552.695/0001-94
VENCEDORA DOS ITENS: 04, 06, 07, 08, 13, 14
VALOR TOTAL: R$ 15.704,00 (quinze mil setecentos e quatro reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DATA DA ASSINATURA: 26/06/2019
CONTRATADA: CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI CNPJ: 07.626.776/0001-60
VENCEDORA DOS ITENS: 11, 12
VALOR TOTAL: R$ 428,00 (quatrocentos vinte e oito reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DATA DA ASSINATURA: 26/06/2019

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 04 – Processo nº 5897/19 GPRO – Convênio nº 06/2016
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena.
CONTRATADO: DESAFIO JOVEM MONTE SINAI CNPJ: 03.489.694/0002-41
OBJETO: Cláusula Primeira – O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Convênio nº 06/16, firmado em 24 de junho de 2016, nos termos previstos em sua Cláusula 6ª. Cláusula Segunda – Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a partir de 24 de junho de 2019.
Cláusula Terceira – Fica reajustado o valor contratual, por acordo entre as partes, no percentual de 5% (cinco por cento), perfazendo o montante de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do último Termo Aditivo. Cláusula Quarta – O valor global do presente Termo Aditivo é de R$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais).
Cláusula Sexta – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original. Cláusula Sétima – O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. DATA DA ASSINATURA: 24/06/2019

PREFEITURA DE LORENA
TERMO DE RESCISÃO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito com fundamento nos termos do artigo 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, da Ata de Registro de Preço nº 21/19, referente ao Processo nº 687/18, relativo ao Pregão Presencial nº 125/18, cujo objeto é a Aquisição parcelada de pó de café, açúcar e filtro de papel 103 para diversas secretarias, os itens nºs 01 e 02, resolvem de comum acordo rescindir parcialmente esses itens da Ata de Registro de Preço acima citado, a seguinte empresa: DIEGO MANCHINI SILVA ME - CNPJ: 17.632.051/0001-39

PREFEITURA DE LORENA
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL

Nº 60/2019 – PROC. 330/2019
O Município de Lorena-SP torna público que, considerando os trabalhos realizados para o atendimento ao Pregão acima referido, cujo objeto é a Aquisição de Gêneros Alimentícios para suprir as necessidades da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer, destinados a alimentação dos Atletas que participarão dos Jogos Regionais do ano de 2019, definidas no Termo Referência o Sr. Prefeito Municipal HOMOLOGA a ADJUDICAÇÃO dos procedimentos adotados e do objeto a empresa:
EMPRESA: DIEGO MANCHINI SILVA ME CNPJ: 17.632.051/0001-39
Vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 VALOR TOTAL: R$ 24.597,93 (vinte e quatro mil quinhentos noventa e sete reais noventa e três centavos)

Reformas no reservatório principal de Piquete são concluídas

Obra contriburá para a redução de perda de água e melhorias no sistema de abastecimento

Da Assessoria
Piquete

Piquete, 28 de junho de 2019 - A Águas Piquete, empresa responsável pelo tratamento e abastecimento de água no município, acaba de concluir a reforma no reservatório central metal localizado na rua Madre Maria Mazarella, que atende 75% da cidade, com água tratada e de qualidade.

A obra faz parte do planejamento de melhorias no sistema de abastecimento da cidade e consistiu na recuperação estrutural das paredes, acabamento externo, revitalização, impermeabilização e pintura, o que garante segurança estrutural e preservação da água fornecida.

Andre Squissato Scanavini, gerente operacional da Águas Piquete, conta que a reforma representa mais estabilidade ao sistema, sendo um importante investimento para garantir o atendimento à população Piquetense. "O serviço faz parte do planejamento da concessionária para manter a qualidade da água distribuída aos moradores, evitando assim vazamentos e desperdícios", explica.

As reformas foram iniciadas em maio deste ano, após um monitoramento que diagnosticou a necessidade do reforço na estrutura do reservatório.

PREFEITURA DE LORENA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2019 – PROCESSO N° 296/19

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO/RERRATIFICAÇÃO/REABERTURA
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia elétrica para a manutenção e operação do sistema de iluminação pública e ornamental do município de Lorena, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, conforme Projeto Básico, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro.
O Município de Lorena-SP torna público o ACOLHIMENTO PARCIAL da Impugnação apresentada pela empresa OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO LTDA no processo de licitação supramencionado, torna-se público também a RERRATIFICAÇÃO do edital e NOVA DATA para reabertura da sessão pública que ocorrerá no dia 30 de julho de 2019 O processo licitatório permanece à disposição para vistas dos interessados na sede da Prefeitura de Lorena, na Secretaria Municipal de Administração, Sala de Licitações, situada à Avenida Capitão Messias Ribeiro, nº 625, Olaria - Lorena- SP. Informações (12) 3185-3000, ramal 3041 ou 3046, das 09h00min às 17h00min, ou pelo e-mail licitação@lorena.sp.gov.br

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO Nº 03 – Processo nº 4716/19 GPRO – CP nº 02/18

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena.
CONTRATADO: EPPO SANEAMENTO AMBIENTAL E OBRAS LTDA
CNPJ: 01.059.631/0001-49
OBJETO: Cláusula Primeira – O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 78/18, decorrente do Processo Licitatório nº 155/18, Concorrência Pública nº 02/18, firmado em 29 de junho de 2018, nos termos previstos em sua Cláusula 9.1.
Cláusula Segunda – Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência contratual por mais 06 (seis) meses, a partir de 30 de junho de 2019.
Cláusula Terceira – Fica reajustado o valor contratual, por acordo entre as partes, no percentual de 5,21% (cinco vírgula vinte e um por cento), perfazendo o montante de R$ 136.516,12 (cento trinta e seis mil quinhentos e dezesseis reais e doze centavos), observado o interregno mínimo de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato original.
Cláusula Quarta – O valor global do presente Termo Aditivo é de R$ 2.757.400,82 (dois milhões setecentos cinquenta e sete mil quatrocentos reais oitenta e dois centavos).
Cláusula Sexta – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Cláusula Sétima – O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
DATA DA ASSINATURA: 28/06/2019

VERAS
CONSULTORIA IMOBILIÁRIA
PEDRO VERAS
CRECI 39.725
RUA DR. CASTRO SANTOS, 93 - CENTRO
GUARATINGUETÁ/SP

ALUGUEL E VENDAS CONSULTE NOSSO SITE!
www.verasimoveis.com.br

VENDAS:
• TERRENO - PORTAL DAS COLINAS: ÓTIMA LOCALIZAÇÃO NA AV. PROF. JOSÉ PEREIRA ÉBOLI, ÁREA 12 x 40 = 477m² TERRAPLANO EM 2 LANCES.....R$ 405.000,00
• CHÁCARA - PEDRINHAS: ÁREA 4.500m², COM RIO, NO ASFALTO, CASA VARANDADA, 3 DORM., 02 BANH., LAREIRA, CHURRASQ., ETC.....R$ 840.000,00

FONE: (12) 3122-4836 SITE: verasimoveis.com.br ALUGUEL (12) 99251-1767 VENDAS (12) 99153-8777

Segurança no TRÂNSITO

segurança nas mãos de todos

Mais de 40.000 mortes por ano no Brasil vítimas de Acidentes de Trânsito

Comportamento seguro para o Motociclista

- Mantenha os pneus calibrados conforme o manual do veículo
- Nunca deixe de utilizar a luz indicadora da direção (seta)
- Mantenha distância segura do veículo a frente
- Realize ultrapassagens pela esquerda
- Use capacete com a viseira abaixada
- Nunca dirija após ingerir bebida alcoólica
- Respeite os limites de velocidade
- Use roupas claras ou cores fortes para ser visto com facilidade pelos demais condutores

SECRETARIA DE SEGURANÇA E MOBILIDADE GUARATINGUETÁ

detran.sp

Serviço Municipal de Trânsito CIDADE DE GUARATINGUETÁ

Educação para o Trânsito — Serviço Municipal de Trânsito Guaratinguetá

Prefeitura Municipal Guaratinguetá — Construindo a cidade do futuro!